

2020

Relatório de Atividades

4º Trimestre



TCE-SP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo



Presidência

Conselheiro Dimas Ramalho

Vice-Presidência

Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo

Corregedoria

Conselheiro Renato Martins Costa

Conselheiros

Antonio Roque Citadini

Edgard Camargo Rodrigues

Robson Marinho

Cristiana de Castro Moraes

Corpo de Auditores

Auditor Samy Wurman - Coordenador

Auditores

Alexandre Manir Figueiredo Sarquis

Antonio Carlos dos Santos

Josué Romero

Márcio Martins de Camargo

Silvia Monteiro

Valdenir Antonio Polizeli

Ministério Público junto ao Tribunal - MPC

Procurador Thiago Pinheiro Lima – Procurador-Geral

Procuradores

Celso Augusto Matuck Feres Junior

Elida Graziane Pinto

João Paulo Giordano Fontes

José Mendes Neto

Leticia Formoso Delsin Matuck Feres

Rafael Antonio Baldo

Rafael Neubern Demarchi Costa

Renata Constante Cestari

Procuradoria da Fazenda do Estado junto ao TCE/SP

Procurador Luiz Menezes Neto – Procurador-Chefe

Procuradores

Carim José Feres

Denis Dela Vedova Gomes

Luiz Claudio Manfio

João Carlos Pietropaolo

Secretaria-Diretoria Geral - SDG

Sérgio Ciquera Rossi

Departamento Geral de Administração - DGA

Carlos Eduardo Corrêa Malek

Departamento de Tecnologia da Informação - DTI

Fábio Correa Xavier

SUMÁRIO

1.	CORPO DIRETIVO.....	25
2.	DADOS CONSOLIDADOS DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS:	26
2.1	FÍSICOS:	26
2.2	ELETRÔNICOS:.....	27
3.	DADOS CONSOLIDADOS DOS JULGAMENTOS.....	28
3.1	PELO TRIBUNAL PLENO	28
3.2	PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS	28
3.3	PELOS CONSELHEIROS EM DECISÕES SINGULARES	28
3.4	PELO CORPO DE AUDITORES.....	28
4.	MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JUNTO AO TRIBUNAL – MPC	29
5.	PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE	29
6.	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL	29
6.1.	SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG	29
6.1.1.	Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4).	30
6.1.2.	Departamentos de Supervisão da Fiscalização - DSFs I e II.....	30
6.1.2.1.	Núcleo de Acompanhamento de Execução Contratual – NAEC	33
6.1.3.	Assessoria Técnico-Jurídica – ATJ	34
6.1.4.	Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP	34
6.2.	DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO	35
6.2.1.	Diretoria de Contabilidade e Finanças	35
6.2.1.1.	Planejamento e Orçamento.....	35
6.3.	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	44
6.4.	GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA.....	45
6.5.	CENTRO DE GESTÃO DO e-TCESP	47
6.6.	DCE – DIRETORIA DE COORDENAÇÃO ESTRATÉGICA	47
6.7.	DEP – DIRETORIA DE EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA.....	48
6.8.	OUIDORIA.....	49
6.9.	COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.....	49
6.10.	ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO	51
6.11.	CERIMONIAL	51
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
8.	ANEXO – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCESP	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores).....	26
Tabela 2 – Processos Instruídos – DSFs.....	30
Tabela 3 - Jurisdicionados Estaduais Fiscalizados	31
Tabela 4 - Jurisdicionados Municipais Fiscalizados.....	31
Tabela 5 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2022 – Despesas Correntes.....	40
Tabela 6 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2022 – Despesas de Capital	40
Tabela 7 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2022 - Despesas Correntes	41
Tabela 8 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2022 - Despesas de Capital	41
Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2022 – Empenhado – Despesas Correntes.....	42
Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2022 – Empenhado – Despesas de Capital	42
Tabela 11 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2022 – Realizado – Despesas Correntes	43
Tabela 12 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2022 – Realizado – Despesas de Capital	43
Tabela 13 - Atividades da EPCP - 4º Trimestre	46
Tabela 14 – Atividades do Centro de Gestão do e-TCESP no trimestre.....	47
Tabela 15 – Comunicados expedidos pelo GP	52
Tabela 16 – Comunicados expedidos pela SDG.....	54

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Resumo dos Dados de Julgamento – 4º Trimestre.....	29
Gráfico 2 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Estadual.....	32
Gráfico 3 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Municipal	33

APRESENTAÇÃO



CONSELHEIRO DIMAS RAMALHO
Presidente

O presente relatório tem como objetivo apresentar as principais atividades desenvolvidas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no 4º trimestre do exercício de 2022.

Nesse período, destacam-se exemplos da contínua busca por aprimoramento e modernização das atividades do Tribunal, como o lançamento de duas ferramentas – o Diário Oficial Eletrônico próprio (DOE-TCESP) e o Plenário Virtual – que têm o objetivo de promover a eficiência administrativa e a celeridade processual.

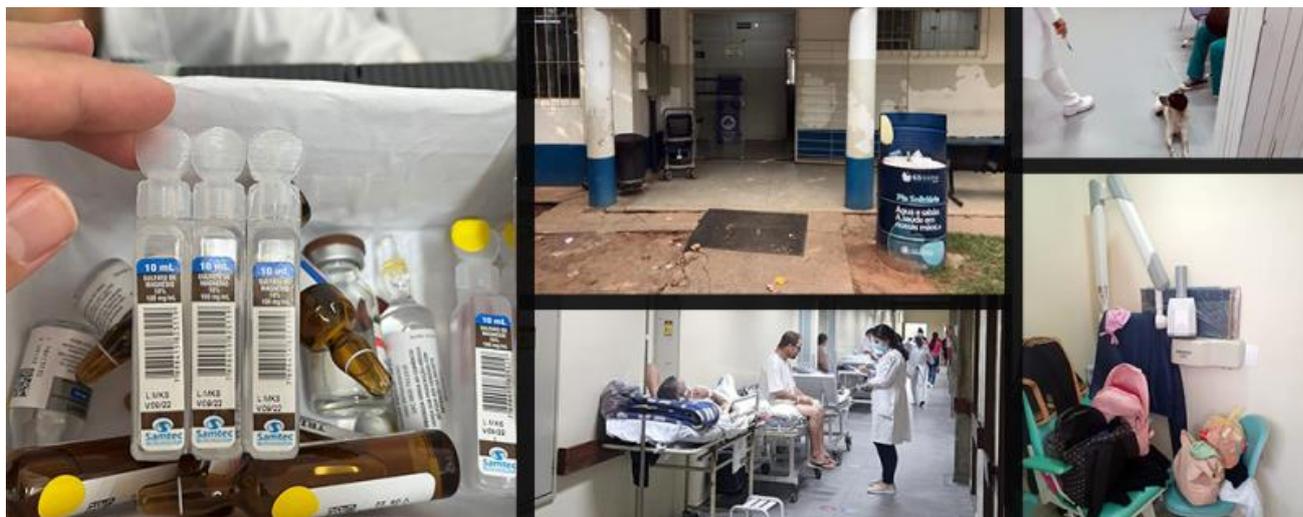
No âmbito do controle externo, abrangendo a vertente pedagógica, ocorreram duas Fiscalizações Ordenadas nas áreas da Saúde e da Educação, além de quatro edições do seminário sobre a Nova Lei de Licitações, destinadas a capacitar gestores e servidores sobre as inovações e demais aspectos previstos na referida lei.

O TCE ainda firmou parcerias importantes com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-SP) visando ao compartilhamento de informações e à conjugação de esforços para o aprimoramento do controle externo. Além disso, houve uma ampliação da difusão do conteúdo informativo sobre a fiscalização dos gastos do poder público e dos municípios jurisdicionados por meio da assinatura de um Termo de Cooperação com 108 TVs Câmaras paulistas, formando a Rede TCESP.

No 4º trimestre, o Tribunal de Contas também investiu em ações de conscientização e combate ao assédio e à discriminação racial. Além de realizar um evento para debater formas de combater o racismo, a Corte lançou uma cartilha especial sobre o assunto – para o público interno e externo – e assinou um Termo de Cooperação Técnica com a Universidade Zumbi dos Palmares, cuja missão é promover o acesso da população negra ao Ensino Superior.

*Essas e outras iniciativas encontram-se sintetizadas no presente Relatório, elaborado **em atenção ao artigo 33, § 3º, da Constituição Paulista, c/c o artigo 3º, IX, da Lei Orgânica desta Corte e artigo 27, XXXV, do Regimento Interno**, e que reúne as principais atividades desenvolvidas **no decorrer do 4º trimestre do exercício de 2022**, sejam relacionadas ao exercício do controle externo, sejam afetas à dinâmica administrativa interna.*

Fiscalização Ordenada – Organizações Sociais de Saúde



No quarto trimestre, o TCESP **conduziu uma fiscalização ordenada no âmbito da Saúde** com o propósito de avaliar a qualidade do atendimento aos usuários e as condições físicas das unidades e dos equipamentos médicos.

A vistoria, realizada em 20 de outubro, abrangeu **273 unidades de saúde gerenciadas por organizações do Terceiro Setor qualificadas como Organizações Sociais de Saúde (OSS)**. Desse total, 232 locais eram de responsabilidade dos municípios e 41 pertenciam à rede estadual. A ação envolveu 336 servidores do Tribunal de Contas em 120 cidades diferentes.

O TCESP detectou irregularidades como medicamentos fora do prazo de validade em 13% das unidades fiscalizadas; médicos ausentes de seus postos de trabalho em 12% dos casos; e equipamentos de diagnóstico quebrados ou em desuso em 31% dos locais.

Também foram encontrados prédios em situação precária, com salas de espera com paredes mofadas e infiltrações; banheiros interditados e sem condições de uso; móveis quebrados; e até a presença de um cachorro na sala de espera. Além disso, 61% das unidades de saúde fiscalizadas não possuíam Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros.

O relatório gerencial, com dados segmentados e regionalizados, foi encaminhado aos Conselheiros-Relatores de processos ligados às organizações fiscalizadas.



Acesse o Relatório Consolidado da Fiscalização Ordenada do TCE a Unidades de Saúde por meio do QRCode ao lado.

Lançamento da Rede TCESP



Na área audiovisual, uma inovação do TCESP no quarto trimestre foi o lançamento da **Rede TCESP em parceria com 108 TVs Câmaras de diversos municípios paulistas**. Celebrada por meio de Termo de Cooperação, a parceria tem o objetivo de difundir conteúdo audiovisual de caráter educativo, institucional, jornalístico e informativo para a sociedade e aumentar o alcance dos conteúdos produzidos pelo Tribunal de Contas do Estado.

O convênio permite, ainda, mais **transparência e publicidade aos assuntos relacionados à fiscalização dos gastos do poder público do Estado e dos municípios jurisdicionados**. Entre os conteúdos compartilhados estão o programa 'TCE e Você' – boletins curtos com notícias sobre eventos, cursos e atividades do Tribunal – e a série de entrevistas 'Controle Externo', sobre a atuação e a história da Corte de Contas paulista.

Outro produto é o '**Descobrimo o TCESP**', produzido pela TV Cultura, com entrevistas especiais em formato de videocast e programas de dois minutos de duração sobre as atividades de competência do Tribunal. Também serão oferecidos, eventualmente, documentários e programas especiais feitos pela equipe de Comunicação Social do Tribunal de Contas e seus parceiros.



Faça a leitura do QRCode ao lado e assista ao vídeo de apresentação da Rede TCESP.

Plenário Virtual



No quarto trimestre, o **TCESP iniciou os julgamentos pelo Plenário Virtual** com a realização da 1ª Sessão Ordinária Virtual do Tribunal Pleno.

A iniciativa, lançada em 29 de novembro, visa proporcionar mais celeridade e eficiência às sessões presenciais ou telepresenciais.

A ferramenta – disponível tanto para as Câmaras, quanto para o Tribunal Pleno – permite que **os processos sejam apreciados de forma assíncrona, de modo que as análises podem ser feitas durante todo o tempo em que a Sessão estiver ocorrendo.**



Plenário Virtual

Acompanhe o andamento da sessão do Plenário Virtual e os resultados dos julgamentos por meio do QRCode ao lado.

Controle Interno



Portal do
Controle Interno

Com a proposta de dar suporte e compartilhar informações e publicações que auxiliem os profissionais da área e controladores, o TCE disponibilizou, no quarto trimestre, **o Portal do Controle Interno**, no qual os interessados podem ter acesso a **cursos, seminários, palestras, manuais e jurisprudência sobre o tema.** A página, abrigada no portal do TCESP, fica acessível por meio do link <https://www.tce.sp.gov.br/portal-controle-interno>.

Cumprindo sua missão pedagógica, o Tribunal de Contas também disponibilizou, no período, ***nova edição do manual de orientação ‘Controle Interno’ para auxiliar os gestores e entes na regulamentação da estrutura de Controle Interno.***

Redigido em linguagem simples, clara e objetiva, o manual é uma fonte ágil de consulta por parte de contabilistas, orçamentistas, procuradores, ordenadores de despesa e agentes do controle interno, externo e social.

A publicação está disponível para leitura e download através do link abaixo:



Faça a leitura e o download da nova edição do Manual do Controle Interno do TCE por meio do QRCode ao lado.

Diário Oficial Eletrônico



LANÇAMENTO

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

TCESP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo ***passou a publicar, em 8 de dezembro, seus atos processuais e administrativos em Diário Oficial Eletrônico próprio.*** O DOE-TCESP tornou-se o meio oficial de divulgação das publicações e comunicações em geral da Corte, não mais veiculadas no Caderno Legislativo do Diário Oficial do Estado.

A nova ferramenta tem como propósito ***promover a eficiência administrativa e a celeridade processual*** e pode ser acessada no portal do TCESP pelo link <https://www.tce.sp.gov.br/diariooficial>. O acesso ao seu conteúdo é gratuito e independe de cadastro prévio.

O DOE-TCESP é publicado em dias úteis, a partir das 8h00, facultando-se a divulgação aos sábados, domingos e feriados e dias em que não houver expediente na Corte de Contas. Excepcionalmente, poderá ser publicada edição extra, independentemente do horário, em razão da relevância e da urgência da matéria.

O material noticioso sobre as atividades do Tribunal continua sendo publicado no portal institucional na internet, que também conta com o HUB TCESP, um espaço virtual criado para reunir o conteúdo digital em formato de textos, vídeos, fotos e podcasts.



Utilize o QRCode ao lado para acessar o Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Combate à discriminação e ao racismo



Com a participação da atriz, cantora e ativista social Zezé Motta, o Tribunal de Contas promoveu, no dia 24 de novembro, no Auditório Nobre, na Capital, **evento para debater o combate à discriminação no setor público**.

As palestras, com transmissão em tempo real pela TVTCE e pelo YouTube, contaram com mais de 1,2 mil visualizações. Os debates técnicos abordaram ações para combater o racismo e a desigualdade racial e discutiram os avanços das lutas do povo negro. O conteúdo está disponível para acesso pelo link <https://bit.ly/3gAFU0D>.

No evento, também foram apresentadas algumas das iniciativas do TCE para o combate ao racismo – tanto na gestão interna quanto na atividade de fiscalização –, foi formalizada a **adesão ao programa ‘Racismo Zero’ e lançada a Cartilha de Conscientização e Combate ao Assédio e à Discriminação**. A publicação, distribuída aos participantes presenciais, também está disponível para leitura no portal do Tribunal pelo endereço <https://bit.ly/3tYszCi>

Na ocasião, **o TCESP ainda assinou um Termo de Cooperação Técnica com a Universidade Zumbi dos Palmares**, instituição cuja missão é promover o acesso da população negra ao ensino superior.



Faça o download e leia, na íntegra, a Cartilha de Conscientização e Combate ao Assédio e à Discriminação do TCESP.

Atualização do aplicativo Portal TCESP



Baixe o app

Portal TCESP

Diário Oficial, Apenados, Sessões, Pesquisa de Processos, Gestor Municipal e outras funcionalidades em um só lugar.

DISPONÍVEL NO Google Play

Disponível na App Store



Ao longo do quarto trimestre, o **aplicativo Portal TCESP, que disponibiliza os principais serviços oferecidos pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo** aos cidadãos e aos jurisdicionados, ganhou novas funcionalidades.

As atualizações permitiram aos usuários acompanhar os **comunicados da Corte**; ter acesso às **pautas e a resultados/atas das sessões de julgamentos**; visualizar **informações detalhadas de cada um dos 644 municípios fiscalizados** por meio do botão **‘Gestor Municipal’**; além de possibilitar a **pesquisa a processos** que tramitam na esfera

de atuação do TCE e **permitir o acesso ao Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.**

Lançado pelo TCESP em julho de 2022, o aplicativo tem como propósito ser um canal de comunicação unificado, de fácil usabilidade, com navegação rápida e intuitiva. Compatível com *smartphones* e *tablets*, o Portal TCESP pode ser baixado, gratuitamente, por usuários dos sistemas Android e iOS.

Além das novas funções, o *app* – desenvolvido pelo Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) sem ônus para o TCE – agrega o **‘Fiscalize com o TCESP’**, o **‘Protocolo Digital’**; *link* para as principais **notícias**; e um botão que direciona o usuário para os **painéis temáticos e as plataformas que favorecem a fiscalização dos gastos públicos e incentivam o controle social por parte do cidadão.**

A plataforma disponibiliza, ainda, acesso à **TV TCE**, lista de **apenados**, **calendário com eventos** de capacitação, datas das **sessões de julgamento**, prazos para envio de informações previstas no cronograma de obrigações da Audeps, além de concentrar as **notícias atualizadas do TCESP.**

Projeto Conselheiros do Amanhã



Em uma iniciativa inédita, no quarto trimestre, o **Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), implantou o projeto ‘Conselheiros do Amanhã’.**

A primeira edição do evento – desenvolvido com o objetivo de **divulgar, ao público universitário, as atividades e competências da Corte de Contas paulista** –, contou com a participação de estudantes da FGV, que realizaram uma simulação de sessão plenária no Auditório Nobre ‘Professor José Luiz de Anhaia Mello’, na Capital.

A atividade reuniu, aproximadamente, 60 pessoas entre estudantes, servidores do TCESP e convidados. Os participantes foram divididos em seis equipes, cada qual representando um gabinete de Conselheiro. Após o término da sessão simulada, a comissão, integrada por professores da FGV e representantes do Tribunal de Contas do Estado, elegeu a equipe vencedora.

Ainda como parte dos trabalhos, os alunos acompanharam uma sessão do Tribunal Pleno e tiveram aulas sobre controle externo e a atuação do órgão na fiscalização dos recursos. O projeto, elaborado pela Escola Paulista de Contas Públicas, é um desdobramento do ‘Conheça o TCESP’, realizado desde 2004 junto ao público universitário.



Assista à íntegra da Sessão Simulada do Tribunal Pleno do projeto Conselheiros do Amanhã.

Fiscalização Ordenada – Creches



No quarto trimestre, o TCESP também **realizou uma fiscalização ordenada no âmbito da Educação**. A vistoria ocorreu em 223 creches municipais de 190 cidades do Estado, de forma simultânea e sem qualquer aviso prévio. O objetivo foi traçar um **panorama sobre a qualidade de atendimento proporcionada para o desenvolvimento de crianças de zero a três anos de idade**.

Realizada em 25 de novembro, a fiscalização contou com o trabalho de 225 Agentes da Fiscalização para checar a infraestrutura; o número de crianças por salas de aula; os equipamentos e brinquedos disponíveis; o nível de formação dos professores; as instalações sanitárias; a acessibilidade; os cuidados com a higiene e a segurança do lugar; entre outros.

Os resultados preliminares indicaram problemas nas instalações físicas, com casos de infiltrações e mofo, buracos no teto, goteiras e ambientes interditados. Do total das creches fiscalizadas, 15% apresentavam obras paralisadas e 73% não possuíam Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB). Nos pátios de convivência das crianças, foram encontrados brinquedos quebrados ou sem condições de uso. A fiscalização ordenada também identificou lista de espera de crianças aguardando vaga em 47% das unidades.

Todas as Prefeituras foram notificadas pelo TCESP a corrigir e prestar esclarecimentos detalhados sobre cada caso.



Acesse o Relatório Consolidado da Fiscalização Ordenada do TCE em Creches Municipais por meio do QRCode ao lado.

História do TCE e Galeria de Presidentes



No quarto trimestre, o portal institucional do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo na internet ganhou **dois novos ambientes virtuais: uma seção dedicada à história do órgão e uma galeria com todos os Presidentes da instituição desde sua fundação, em 6 de maio de 1924.**

Para contar a história da Corte de Contas paulista, de forma intuitiva e acessível, o conteúdo foi organizado em duas linhas do tempo.

A página '**Histórico**' (www.tce.sp.gov.br/historico) traz 43 blocos no sentido vertical, com **imagens e tópicos marcantes para o desenvolvimento da instituição**. O ponto de partida é a edição da Lei nº 1.961/24, que organizou o Tribunal de Contas no Estado paulista, e o último fato destacado é a apresentação, em 2022, do Plano Estratégico para o quadriênio 2022-2026 e a criação do HUB TCESP. Já a **galeria virtual de Presidentes** (www.tce.sp.gov.br/presidentes) apresenta os **33 Conselheiros que já presidiram a Casa, com reprodução de seus retratos oficiais e uma minibiografia**.

As páginas foram desenvolvidas pela Coordenadoria de Comunicação Social (CCS) em conjunto com o Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) sem custos ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.



Acesse o QRCode ao lado e visite a galeria virtual de Presidentes do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Seminário Nova Lei de Licitações



No quarto trimestre, o TCE deu continuidade ao ciclo de seminários realizado pelo corpo técnico da Corte de Contas em municípios do interior do Estado com o intuito de debater a **Nova Lei de Licitações**.

Foram realizados encontros em **Registro (15/9)**, **Presidente Prudente (20/10)**, **Bauru (22/11)** e **São José dos Campos (1º/12)**. Ao todo, os eventos contaram com mais de 1 mil participantes presenciais. Os cursos também acumularam uma audiência de mais de 18 mil pessoas que acompanharam as atividades virtualmente.

Além de apresentar as **principais mudanças e novidades impostas pela Lei nº 14.133/2021**, os instrutores do TCESP esclareceram as dúvidas mais recorrentes dos jurisdicionados sobre o tema.

Dentre outros assuntos, foram abordadas instruções sobre regimes de execução; instrumentos auxiliares; disposições setoriais de compras e serviços em geral; alterações contratuais e reequilíbrio econômico-financeiro; contrato, garantias, prazo e execução contratual; infrações e sanções administrativas; e reflexos nas relações trabalhistas.

Atualização do Painel VISOR



ALERTAS LRF 2022

4º Bimestre | 2º Quadrimestre



TCESP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo

www.tce.sp.gov.br/visor

No trimestre, o TCE também realizou uma **nova atualização do painel VISOR (Visão Social de Relatórios de Alertas)**. De acordo com o levantamento, das 644 Prefeituras fiscalizadas pelo Tribunal de Contas, 560 delas – um percentual de 87% – receberam alertas por risco de descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O relatório de alertas, com análises contábeis dos dados de receitas e de despesas relativas ao quarto bimestre e ao segundo quadrimestre de 2022, apontou também

indícios de irregularidades na gestão orçamentária de 556 municípios. Além disso, 68 arrecadaram menos que o planejado e 18 efetuaram gastos excessivos com pessoal.

O balanço revelou, ainda, que 26 Prefeituras, uma Câmara Municipal e nove entidades municipais deixaram de enviar o balancete, conforme previsto no calendário de obrigações do TCE. A não apresentação das contas configura ato de improbidade administrativa e crime de responsabilidade, ficando o responsável sujeito a diversas penas, inclusive ao pagamento de multa, nos termos da Lei Complementar nº 709, de 1993.

O levantamento, com os municípios e os entes alertados, também foi publicado na forma do Comunicado [GP nº 69/2022](#).

Na publicação, o Tribunal ressalta que **a fiscalização procederá ao exame de cada caso, segundo sua motivação, quando da consequente elaboração do relatório final das contas anuais do exercício de 2022.**



Utilize o QRCode ao lado para acessar o Painel VISOR.

Relações Institucionais

Adesão ao Pacto Nacional pela Primeira Infância



Em 31 de outubro, **o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo assinou o Termo de Adesão ao Pacto Nacional pela Primeira Infância. A iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) visa unir esforços de diversas instituições**

para efetivar os direitos previstos na legislação para crianças de zero a seis anos.

O acordo busca, ainda, capacitar profissionais envolvidos no Marco Legal da Primeira Infância (Lei n.º 13.257/2016) e implementar as políticas públicas voltadas aos seis primeiros anos de vida – conhecidos como primeira infância –, para atender às especificidades dessa faixa etária e garantir seu desenvolvimento integral.

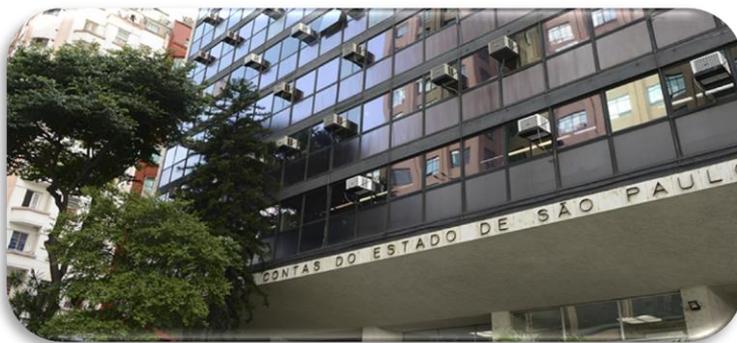
Por meio da atuação articulada, o Pacto prevê assegurar a mais de 21 milhões de crianças brasileiras menores de seis anos direitos como saúde, educação, alimentação, lazer, proteção contra a violência, a opressão e a negligência, entre outros.

Desde 2020, o Tribunal monitora as políticas públicas adotadas pelos 644 municípios paulistas jurisdicionados para atender a primeira infância. Naquele ano, o TCE incluiu no questionário do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M) perguntas que visam analisar se os recursos relacionados aos programas e serviços destinados à população infantil estão sendo devidamente aplicados.

Visando à proteção a essa faixa etária, a Corte verifica também se as administrações promovem palestras de orientações sobre maternidade responsável, aleitamento, alimentação complementar saudável, crescimento infantil, prevenção de acidentes e não uso do castigo físico, entre outras atividades relacionadas aos direitos das crianças.

Em agosto de 2021, o TCE recomendou aos jurisdicionados que contemplassem a primeira infância entre as temáticas prioritárias nos Projetos de Leis dos Planos Plurianuais Municipais (PPA) 2022-2025. O intuito é que as políticas públicas relativas às crianças de zero a seis anos se tornem realidade nos municípios paulistas.

Comissão de acompanhamento da transição do Governo de SP



O Tribunal de Contas, por meio do Ato GP nº 26/2022, publicado no Diário Oficial do Estado de 4 de novembro, ***formou Comissão de Acompanhamento da Transição de Governo Estadual. A resolução observou o disposto no Decreto***

Estadual nº 51.145, de 2 outubro de 2006, que trata da constituição de Equipe de Transição Governamental, formada por membros representantes do candidato eleito para o cargo de Governador do Estado e do atual mandatário.

A medida considerou a importância da continuidade dos serviços públicos para o atendimento aos interesses da população do Estado, uma vez que, durante o processo de transição governamental, são transferidos dados para facilitar o desenvolvimento de programas, projetos e ações pelo candidato eleito para o cargo de Governador.

Prêmio Band Cidades Excelentes



Iniciativa do Grupo Bandeirantes e do Instituto Áquila, o Prêmio Band Cidades Excelentes contou com a parceria do TCE na edição de 2022.

Mediante Termo de Cooperação, o Tribunal compartilhou dados públicos para que informações apuradas na atividade de fiscalização fossem incorporadas ao IGMA (Índice de Gestão Municipal Áquila), que agrega 62 indicadores para medir o nível de excelência das cidades e possibilitar um diagnóstico mais preciso na apuração dos vencedores.

A cerimônia realizada em 10 de novembro reconheceu os municípios que se destacaram em 2022 por boas práticas em gestão pública que proporcionam melhor qualidade de vida aos cidadãos em seis pilares: Governança, Eficiência Fiscal e Transparência; Educação; Saúde e Bem-Estar; Infraestrutura e Mobilidade Urbana; Sustentabilidade; Desenvolvimento Socioeconômico e Ordem Pública.

As cidades foram separadas em três categorias de avaliação para cada pilar, de acordo com o tamanho da população local: menor ou igual a 30 mil habitantes, entre 30 mil e 100 mil habitantes e acima de 100 mil habitantes.

TCE e CREA-SP firmam acordo para fiscalização de obras e serviços públicos



Também no quarto trimestre, o Tribunal de Contas firmou com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de São Paulo (CREA-SP) **Acordo de Cooperação Técnica na área de fiscalização de obras e serviços públicos realizados pela Administração**

Pública. O termo, assinado no dia 7 de dezembro sem qualquer ônus para a Corte nem repasses financeiros, tem a finalidade de cooperação mútua e integração técnico-operacional para estabelecer mecanismos de ação conjunta para o intercâmbio de informações cadastrais. Também prevê a adoção de procedimentos na execução da fiscalização de obras e serviços de engenharia realizados pela Administração Pública, além de assegurar o cumprimento das normas legais relativas às atividades afetas ao Sistema

CONFEA/CREA, responsabilidade técnica e demais preceitos legais correlatos, por pessoa física ou jurídica (de direito privado ou não).

Com o termo firmado, o TCE verificará se, para cada projeto, obra ou serviço em execução ou executado, que tenha sido objeto de auditoria, foi registrada a devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e aberto o Livro Ordem. A Corte também verificará se empresas, firmas, entidades e profissionais estão registrados no CREA-SP e possuem comprovada experiência anterior, por meio de Certidões de Acervo Técnico (CATs).

O CREA-SP, por sua vez, comunicará ao TCESP sobre os registros das ARTs em que tenha procedido a realização de projetos, execução de obras ou serviços de engenharia e agronomia, executados diretamente ou contratados pelo poder público. Também poderá disponibilizar acesso aos sistemas que contenham informações sobre os profissionais e as empresas registradas junto ao Conselho e sua respectiva situação de regularidade.

Outras atividades também estão previstas no acordo, como a realização de cursos e eventos de aperfeiçoamento e/ou capacitação; divulgação de atividades e artigos técnicos; desenvolvimento de eventuais inspeções e/ou vistorias, em conjunto, em obras públicas, mediante solicitação de um dos partícipes e autorização das respectivas presidências.

Boas Práticas na Educação paulista



No dia 15 de dezembro, o Tribunal realizou, no Auditório Nobre, na Capital, cerimônia de premiação do concurso 'Faça (a sua) parte – Tirinhas 2022'. ***Em parceria com a Secretaria da Educação do Estado (Seduc-SP), o concurso teve o objetivo de estimular***

estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental da Rede Estadual de Ensino a conhecer conceitos de cidadania, ética e combate à corrupção.

A partir dos ensinamentos e do desenvolvimento de atividades sobre os temas, foi proposta a produção de uma tirinha de quadrinhos acerca do controle e da fiscalização da boa aplicação dos recursos públicos. Previamente ao concurso, o TCE em conjunto com a Seduc-SP, distribuiu mais de 130 mil gibis da Turma da Mônica – Faça (a sua) parte, editado pelo Tribunal em parceria com o Instituto Mauricio de Sousa, com explicação da atuação dos órgãos de controle e do papel do controle social.

As tirinhas vencedoras foram elaboradas pelos alunos Ana Julia Roque Ferreira e Samuel Lucas das Graças Neri, sob a orientação da Professora Elizabete Borges da Conceição Braga, da Escola Estadual Dom Agnelo Cardeal Rossi, localizada na Vila do Sol, na Capital; Gabriel Henrique dos Santos e Giovana Giulia do Prado, orientados pela Professora Aline de Oliveira Valefuogo Cremonezi, da Escola Estadual Prof. Jorge Rodin Luiz, de Ribeirão Preto; e Felipe Santiago Martins Israel e Bryan Albuquerque Marques, com orientação da Professora Daniela Regina Soledade Bito, da Escola Estadual Prof. Lucy Franco Kowalski, de Suzano.

Acordo com o TRE-SP para exames de contas de campanhas eleitorais

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo assinou, no dia 14 de outubro, parceria com o TRE-SP. O acordo teve como objetivo a requisição de servidores da Corte para prestar auxílio técnico junto à Justiça Eleitoral paulista no exame das contas de campanhas referentes às Eleições de 2022 no período de 31 de outubro a 16 de dezembro. Os serviços foram realizados na Sede I do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.

Programa “Racismo Zero” e parceria com a Universidade Zumbi dos Palmares



Durante evento para debater o combate à discriminação no setor público, realizado em 24 de novembro, no Auditório Nobre, na Capital, o Tribunal de Contas informou sobre as iniciativas adotadas pelo órgão para combater o racismo, tanto na gestão interna quanto na atividade de fiscalização, e ***anunciou a adesão ao programa “Racismo Zero”***.

Na oportunidade, também houve a ***assinatura do Termo de Cooperação Técnica com a Universidade Zumbi dos Palmares***, instituição cuja missão é promover o acesso da população negra ao Ensino Superior.

A parceria teve o objetivo de promover o intercâmbio entre as instituições para pesquisas, publicações e projetos de cunho pedagógico e sociais, por meio da aproximação do Observatório do Futuro do TCESP com o Centro de Estudos de Pesquisas de Intolerância, Justiça Racial e Ambiental da Universidade Zumbi dos Palmares.

Parceria com o Detran-SP

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo assinou, no dia 18 de outubro, parceria com o Detran-SP. O acordo entre as partes teve como principal objetivo o **acesso a informações referentes a veículos, condutores, processos administrativos, infrações e demais registros do Sistema Nacional de Trânsito**, por meio do fornecimento de senhas de acesso aos sistemas SIM, e-CRV, RENAVAM e RENACH. A parceria entre as instituições tem vigência até 17 de outubro de 2027.

TVs Legislativas passam a veicular conteúdo da Rede TCESP



Em cerimônia realizada no dia 5 de outubro, no Auditório Nobre 'Professor José Luiz de Anhaia Mello', na Capital, o Tribunal de Contas do Estado lançou a Rede TCESP. **A parceria, celebrada por meio de Termo de Cooperação com TVs Câmaras de 108 municípios**

paulistas, visa difundir conteúdo audiovisual de caráter educativo, institucional, jornalístico e informativo para a sociedade.

Durante a solenidade, Presidentes de Câmaras e representantes das TVs Legislativas puderam conhecer em detalhes a Rede TCESP, que proporcionará mais transparência e publicidade aos assuntos relacionados às atividades de controle externo e à fiscalização dos gastos do poder público do Estado e dos municípios paulistas.

TCE firma acordo com SSP-SP para ampliar segurança no Centro da Capital

Com o intuito de ampliar a segurança nos arredores da Sede do Tribunal de Contas do Estado, localizada na região da Sé, na Capital paulista, o TCESP firmou parceria com a Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP).

O acordo prevê o emprego de Policiais Militares em atividade exercida em Jornada Extraordinária de Trabalho Policial Militar (DEJEM) para proporcionar mais segurança aos membros, servidores e colaboradores do TCESP, bem como aos cidadãos que circulam na região central do município de São Paulo. A assinatura do Termo de Parceria, ocorreu em 18 de novembro, e tem vigência até 17 de novembro de 2027.

Cooperação acadêmico-institucional TCESP e Unicamp



No dia 21 de dezembro, o Tribunal de Contas do Estado e a Universidade de Campinas (Unicamp) assinaram um acordo de cooperação acadêmico-institucional que versa, entre outras medidas, sobre a **realização de cursos em conjunto, a elaboração de projetos**

de pesquisa e inovação, além do desenvolvimento de programas em áreas como Educação, Saúde, Inteligência Artificial e dados.

O convênio prevê, ainda, a realização de reuniões de membros do TCESP com servidores da Unicamp, e a organização conjunta de eventos acadêmicos.

Treinamento de abandono de edificações



No quarto trimestre, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo promoveu um **exercício de abandono do Prédio-Sede e dos Anexos I e II, na Capital. O treinamento teve como objetivo capacitar para emergências.**

A ação foi organizada pela Assessoria Militar do TCESP, pela Polícia Militar e pelo Comando do Corpo de Bombeiros. A atividade contou com o acompanhamento do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), da Defesa Civil, da Companhia de Engenharia

de Tráfego (CET) e da Brigada de Incêndio e Emergência do TCE e teve todas as ferramentas de um fato real. Durante a ação, houve a simulação de um incêndio e de um atendimento médico a uma vítima por queimaduras.

Todos os membros, servidores, terceirizados e estagiários da Corte de Contas paulista lotados na Capital participaram do exercício, que contou com o acionamento de alarmes sonoros, isolamento do entorno dos prédios, obstrução do trânsito, deslocamento de bombeiros e ambulância.

A simulação de abandono de prédios obedece à legislação de prevenção e ao Plano de Emergência contra Incêndio do Tribunal e faz parte dos procedimentos de segurança para que todos estejam preparados nas ocasiões em que seja necessário o rápido abandono das edificações da Corte de Contas paulista.

Atualização do Mapa das Câmaras



No quarto trimestre, o TCESP fez mais uma atualização do Mapa das Câmaras, plataforma que visa tornar público os valores gastos pelas 644 Câmaras Municipais paulistas e trazer um *balanço dos recursos utilizados por vereadores e o impacto que o Poder Legislativo causa frente aos orçamentos dos municípios.*

Segundo o balanço do período, a manutenção e o custeio do Poder Legislativo nas cidades do interior, do litoral e da Região Metropolitana do Estado custam, em média, R\$ 90,97 por cidadão paulista. Entre setembro de 2021 e agosto de 2022, os valores

destinados para o exercício do mandato de 6.908 Vereadores nas Casas Legislativas alcançaram a cifra de R\$ 3.115.971.319,91.

Com plenários que vão de nove a 34 cadeiras, as Casas Legislativas paulistas representam uma população estimada em 34.252.760 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2021.

No cenário atualizado pelo TCESP, o ‘custo-legislativo’ no período – de R\$ 90,97 *per capita* –, apresenta uma tendência de alta.

De acordo com o levantamento, um total de 11 Câmaras Municipais tem gastos acima da capacidade de arrecadação própria do município, oriunda de impostos (IPTU, IRRF, ISSQN e ITBI) e da cobrança de taxas, Contribuição de Melhoria e Contribuição de Iluminação Pública (CIP/COSIP).



Utilize o QRCode ao lado para acessar o Mapa das Câmaras.

1. CORPO DIRETIVO

No dia 1º de fevereiro de 2022, tomaram posse para o mandato de um ano o Conselheiro Dimas Ramalho, Presidente, o Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, Vice-Presidente e o Conselheiro Renato Martins Costa, Corregedor.

Em decorrência, o Tribunal Pleno e as Câmaras de Julgamento passaram a funcionar com a seguinte composição:

TRIBUNAL PLENO: reúne-se às quartas-feiras – 10h00

Conselheiro **DIMAS RAMALHO – PRESIDENTE**
Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO – VICE-PRESIDENTE**
Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA – CORREGEDOR**
Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI**
Conselheiro **EDGARD CAMARGO RODRIGUES**
Conselheiro **ROBSON MARINHO**
Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES**

PRIMEIRA CÂMARA: reúne-se às terças-feiras – 14h30

Conselheiro **SIDNEY ESTANISLAU BERALDO – PRESIDENTE**
Conselheiro **ANTONIO ROQUE CITADINI**
Conselheiro **EDGARD CAMARGO RODRIGUES**

SEGUNDA CÂMARA: reúne-se às terças-feiras – 10h00

Conselheiro **RENATO MARTINS COSTA – PRESIDENTE**
Conselheiro **ROBSON MARINHO**
Conselheira **CRISTIANA DE CASTRO MORAES**



Utilize o QRCode ao lado para obter mais informações sobre a composição do Tribunal de Contas do Estado.

2. DADOS CONSOLIDADOS DA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS:

2.1 FÍSICOS:

No 4º trimestre de 2022, foram distribuídos aos julgadores **78** processos físicos, conforme classificação abaixo.

Tabela 1 - Distribuição de Processos Físicos (Conselheiros e Auditores)

MATÉRIA	Conselheiros	Auditores	Total Geral
Contrato	5	-	5
Prestação de Contas – Repasses Públicos Terceiro Setor – Termo de Parceria	1	-	1
Prestação de Contas – Repasses Públicos Terceiro Setor – Valor Inferior	-	1	1
Prestação de Contas – Repasses Públicos Terceiro Setor – Auxílios, Subvenções, Contratações	-	2	2
Prestação de Contas – Repasses Órgãos Públicos Convênios – Valor Superior	8	4	12
Recurso Ordinário	49	-	49
Rescisão de Julgado	1	-	1
Revisão de Julgado	7	-	7
TOTAL	71	7	78

2.2 ELETRÔNICOS:

No 4º trimestre de 2022, foram distribuídos **4.015** processos eletrônicos, conforme classificação abaixo:

Tabela 2 - Distribuição de Processos Eletrônicos (Conselheiros e Auditores)

MATÉRIA	GABINETE								Total Geral
	GCARC	GCECR	GCRMC	GCRRM	GCCCM	GCDER	CA	GP	
Ações	3	3	1	3	-	3	-	2	15
Adiantamentos	6	5	6	6	5	5	-	-	33
Atos de Pessoal	-	-	4	3	7	3	433	-	450
Balanco Geral do Exercício	-	-	-	-	-	-	2	-	2
Concurso Público	1	3	2	1	1	2	-	-	10
Contas de Prefeitura	1	2	2	1	1	-	-	-	7
Contas do Governador	7	-	-	-	-	-	-	-	7
Contratos	198	173	164	80	187	154	229	8	1.193
Controle de Prazos	1	2	-	1	1	1	2	-	8
EPE	88	98	100	96	97	101	-	-	580
Expedientes	54	40	49	70	41	54	9	35	352
Expedientes do Ministério Público	19	18	11	17	23	15	24	31	158
Expedientes do Poder Judiciário	12	13	4	8	11	4	4	5	61
Instrução de Representação	-	-	-	-	-	-	-	7	7
Recursos	55	62	68	83	76	74	9	32	459
Repasses Públicos	84	65	82	66	109	79	70	3	558
Representação	11	8	16	12	11	9	47	1	115
Total Geral	540	492	509	447	570	504	829	124	4.015

TOTAL GERAL – PROCESSOS DISTRIBUÍDOS – FÍSICOS + ELETRÔNICOS	4.093
---	--------------

3. DADOS CONSOLIDADOS DOS JULGAMENTOS

3.1 PELO TRIBUNAL PLENO

No 4º trimestre do presente exercício, foram realizadas **6 Sessões Ordinárias, 1 Sessão Ordinária Virtual e 1 Sessão Especial, nas quais o Tribunal Pleno:**

- Apreciou **360 processos**, devidamente inseridos nas pautas de julgamento, publicadas na Imprensa Oficial.
- Analisou **444 representações** em Sede de Exame Prévio de Edital, quando o Tribunal, antecipadamente, aprecia editais de licitação lançados pelos órgãos jurisdicionados, sobre os quais recaem impugnações levadas ao conhecimento da Corte de Contas, antes do recebimento das propostas.
- Elegeu a nova Mesa Diretora para o exercício de 2023.

No período, o Egrégio Plenário se reuniu em **6 Sessões** para tratar de assuntos internos de **natureza administrativa**.

3.2 PELAS PRIMEIRA E SEGUNDA CÂMARAS

- A Primeira Câmara reuniu-se em **7 Sessões Ordinárias**, nas quais apreciou um total de **1.054 processos**;
- A Segunda Câmara reuniu-se em **7 Sessões Ordinárias**, nas quais apreciou um total de **827 processos**.

3.3 PELOS CONSELHEIROS EM DECISÕES SINGULARES

No 4º trimestre de 2022 foram proferidas **440 sentenças**. Mencionadas decisões monocráticas foram devidamente publicadas no Diário Oficial, em respeito às normas legais que regem a matéria.

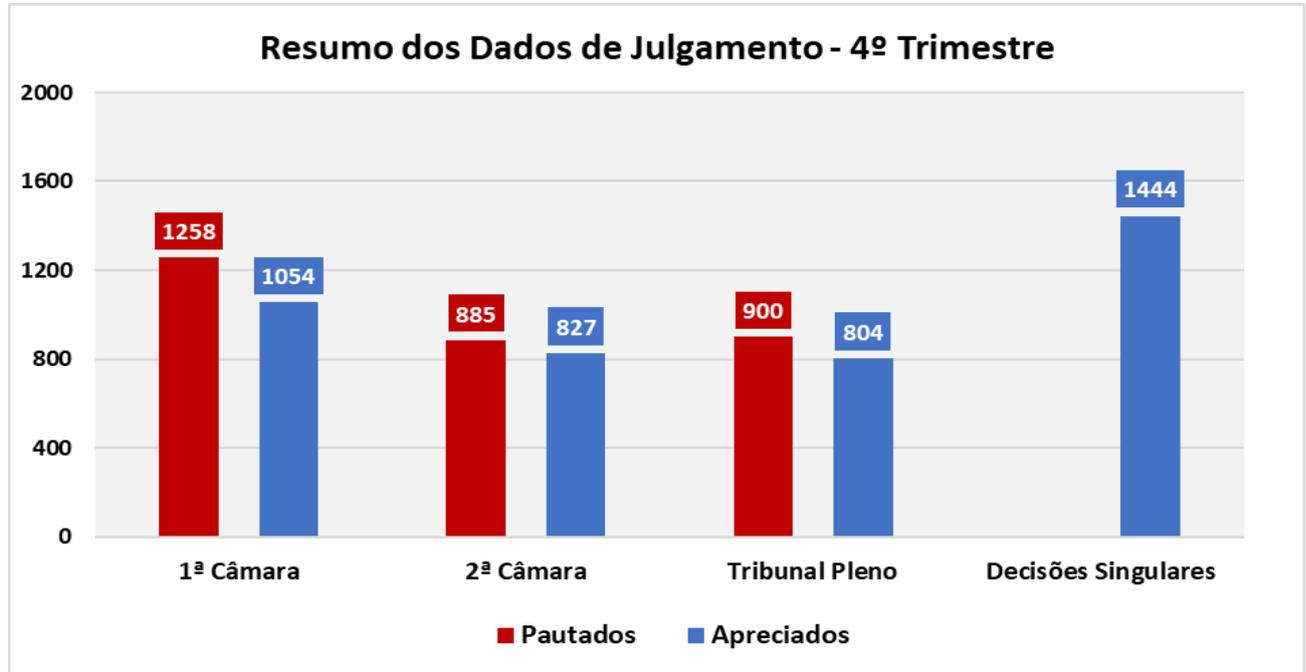
3.4 PELO CORPO DE AUDITORES

O Corpo de Auditores é constituído por 7 ocupantes do Cargo de Auditor, criado pela Lei Complementar nº 979, de 8 de dezembro de 2005. Dentre outras competências previstas no Regimento Interno, ressalta-se a substituição dos Senhores Conselheiros em suas ausências e seus impedimentos.

No **4º Trimestre de 2022, 1.004 autos** receberam julgamento por parte dos Senhores Auditores.

O gráfico abaixo sintetiza os processos apreciados e julgados pelos órgãos colegiados do Tribunal, bem como aqueles submetidos à decisão singular:

Gráfico 1 – Resumo dos Dados de Julgamento – 4º Trimestre



4. MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JUNTO AO TRIBUNAL – MPC

O Ministério Público de Contas, instituído pela Lei Complementar 1.110/2010 junto a este Tribunal, conta com **9 Procuradores** e tem suas atribuições definidas no Capítulo VII do Regimento Interno do TCESP. No período, tramitaram pelo Ministério Público de Contas **7.123 processos**, incluindo físicos e eletrônicos.

5. PROCURADORIA DA FAZENDA DO ESTADO – PFE

Na conformidade do artigo 5º da Lei Complementar nº 709/93, combinado com o artigo 60 do Regimento Interno, faz-se compulsório o trânsito pela Procuradoria da Fazenda do Estado junto ao Tribunal de Contas de todos os processos que envolvam utilização de recursos do Tesouro Estadual. No 4º trimestre de 2022, a PFE se manifestou em **1.352 feitos**.

6. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ÁREAS TÉCNICAS DO TRIBUNAL

6.1. SECRETARIA-DIRETORIA GERAL – SDG

Compete à Secretaria-Diretoria Geral a responsabilidade de supervisionar ações da fiscalização exercidas pelo Tribunal, bem como dar assistência às sessões do Tribunal Pleno e das Câmaras, na conformidade do disposto nos Artigos 211 a 213, do Regimento Interno. O Secretário-Diretor Geral, no trimestre, manifestou-se em **1.776 processos**.

6.1.1. Pauta (SDG-3), Taquigrafia (SDG-1) e Jurisprudência (SDG-4).

Os Setores de Pauta, Taquigrafia e Jurisprudência, subordinados à SDG, são responsáveis pela inclusão dos processos na Ordem do Dia, pela publicação e pelo acompanhamento das pautas de julgamento, com a elaboração dos serviços de taquigrafia que condensam todos os relatórios e as discussões que precedem os julgamentos nas sessões, bem como pela elaboração de atas e notas taquigráficas.

Responsabilizam-se, também, pela pesquisa e elaboração de certidões e administração da relação de responsáveis por contas julgadas irregulares, disponibilizada à Justiça Eleitoral.

Considerando a 1ª Câmara, a 2ª Câmara e o Tribunal Pleno, foram pautados (SDG-3), no período, **3.053 processos**, dos quais **313** resultaram em notas taquigráficas (SDG-1).

Já a Seção de Jurisprudência (SDG-4), em cumprimento à Resolução CNJ nº 156/12, emitiu **2.004 certidões**.

6.1.2. Departamentos de Supervisão da Fiscalização - DSFs I e II

Aos Departamentos de Supervisão da Fiscalização I e II, que respondem à SDG, estão afetadas **10 Diretorias de Fiscalização (DFs)**, **1 Diretoria de Contas do Governador (DCG)** e **20 Unidades Regionais (URs)**.

Considerando as áreas municipais e estaduais, foram instruídos **6.895 processos** por ambos os Departamentos de Supervisão da Fiscalização.

Tabela 2 – Processos Instruídos – DSFs.

Tipo de Processo	Quantidade
Processos Físicos	486
Processos Eletrônicos	6.409

Tais processos instruídos referem-se ao seguinte quantitativo de entes jurisdicionados:

Tabela 3 - Jurisdicionados Estaduais Fiscalizados

FISCALIZAÇÕES ESTADUAIS	OUT	NOV	DEZ	Subtotal
ACOMPANHAMENTO EXECUÇÃO CONTRATUAL	33	41	27	101
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	-	-	-	-
AUTARQUIA ESTADUAL	5	-	-	5
ECONOMIA MISTA ESTADUAL	3	-	-	3
EMPRESA PÚBLICA ESTADUAL	-	-	-	-
ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA ESTADUAL	-	-	-	-
ENTIDADE GERENCIADA - OSE	19	13	7	39
FUNDAÇÃO ESTADUAL DE APOIO	7	1	-	8
FUNDAÇÃO ESTADUAL CONVENIADA	6	3	-	9
FUNDAÇÃO ESTADUAL TÍPICA	3	-	-	3
MINISTÉRIO PÚBLICO	-	-	-	-
ORGANIZAÇÃO SOCIAL	6	14	2	22
SECRETARIA	-	1	-	1
TRIBUNAL	-	-	-	-
UNIDADE ADMINISTRATIVA - AUTARQUIA	-	-	-	-
UNIDADE ADMINISTRATIVA - FUNDAÇÃO	-	-	-	-
UNIDADE DE SECRETARIA / UGE	4	2	2	8
TOTAIS	86	75	38	199

Tabela 4 - Jurisdicionados Municipais Fiscalizados

FISCALIZAÇÕES MUNICIPAIS	OUT	NOV	DEZ	Subtotal
ACOMPANHAMENTO EXECUÇÃO CONTRATUAL	126	152	74	352
ASSOCIAÇÃO CIVIL MUNICIPAL	-	-	-	-
AUTARQUIA MUNICIPAL	28	13	-	41
CÂMARA MUNICIPAL	18	2	-	20
CONSÓRCIO MUNICIPAL	27	18	-	45
ECONOMIA MISTA MUNICIPAL	9	2	-	11
EMPRESA PÚBLICA MUNICIPAL	3	4	-	7
ENTIDADE CONVENIADA MUNICIPAL	11	7	4	22
ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	40	5	-	45
ENTIDADE GERENCIADA - OSM	30	23	3	56
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE APOIO	9	3	-	12
FUNDAÇÃO MUNICIPAL CONVENIADA	1	-	-	1
FUNDAÇÃO MUNICIPAL TÍPICA	10	3	-	13
FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL	16	2	-	18
ORGANIZAÇÃO SOCIAL MUNICIPAL	4	6	2	12
PREFEITURA MUNICIPAL	86	11	7	104
TOTAIS	418	251	90	759

Os processos instruídos eletronicamente, predominantes, apresentam a seguinte segmentação por matéria, tanto na esfera estadual como municipal:

Gráfico 2 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Estadual

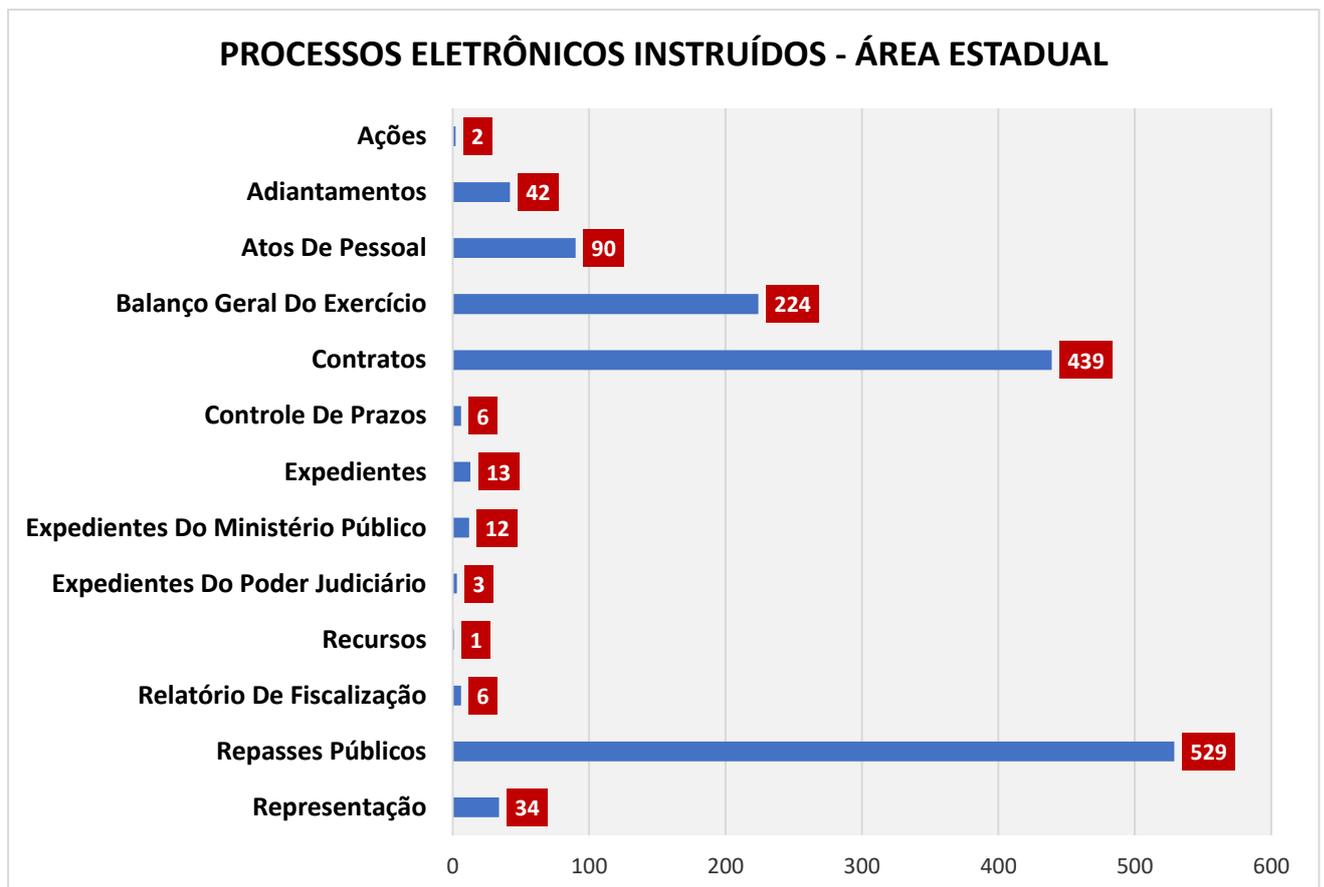
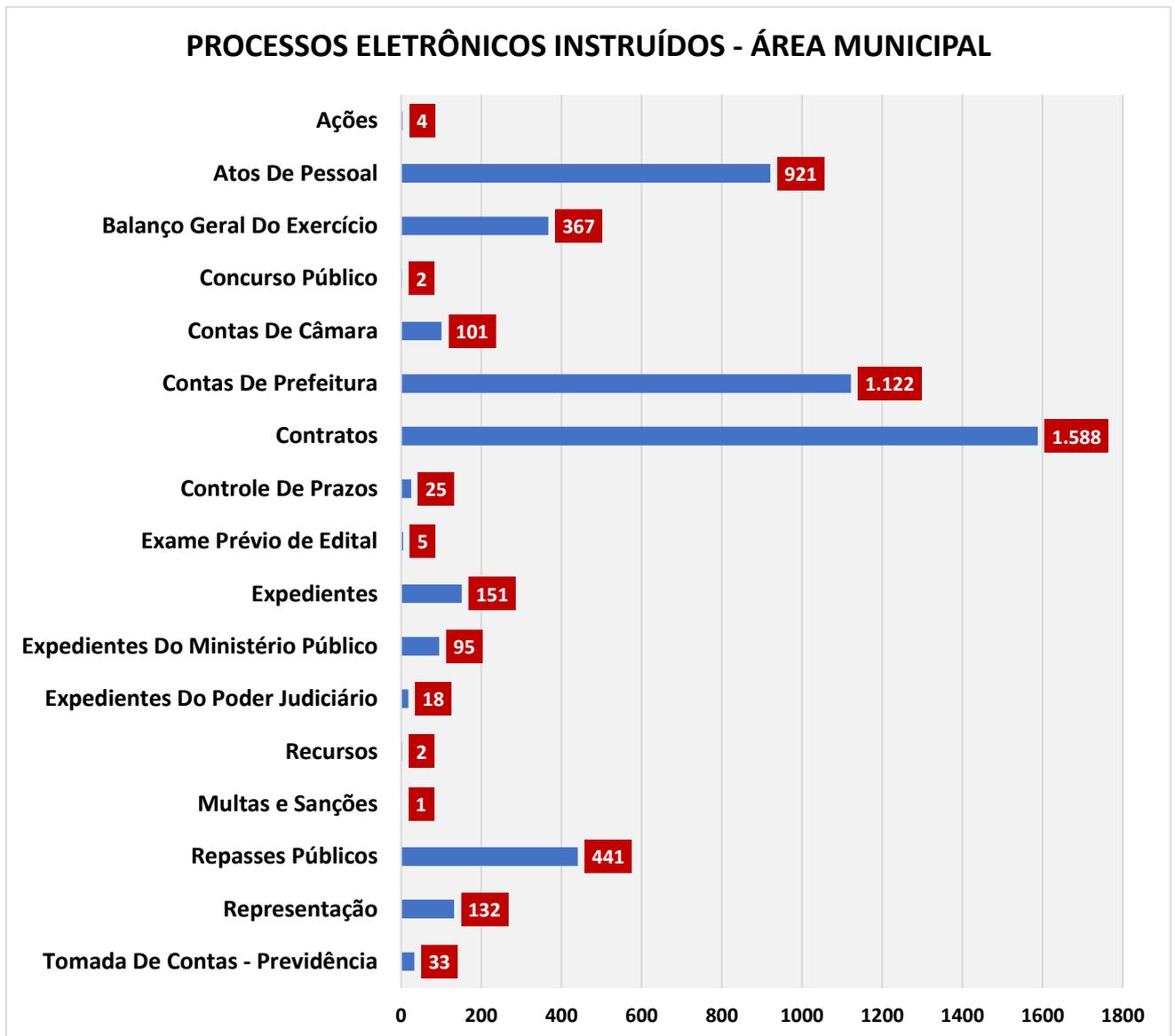


Gráfico 3 - Processos Eletrônicos Instruídos - Área Municipal



* Incluídos no total de processos relacionados às Contas de Prefeitura os expedientes de acompanhamento especial de gastos relacionados à pandemia, bem como aqueles com informações extraídas das Fiscalizações Ordenadas.

6.1.2.1. Núcleo de Acompanhamento de Execução Contratual – NAEC

Criado pelo Ato GP nº 12/2014 e subordinado aos Departamentos de Supervisão da Fiscalização I e II, o NAEC é responsável pela verificação e avaliação da execução contratual em procedimentos de fiscalização de ajustes celebrados pela Administração – Estadual e Municipal – para contratação de obras e serviços de engenharia.

No trimestre, dos ajustes já eleitos pelas Diretorias de Fiscalização e Unidades Regionais, por meio de sistema próprio, o NAEC selecionou para análise específica **13**

novas contratações de obras e serviços de engenharia, tendo, no mesmo período, instruído **28 processos** da mesma natureza. No fim de dezembro, o Núcleo registrou um total de **621 autos sob seu acompanhamento**.

6.1.3. Assessoria Técnico-Jurídica – ATJ

Área técnica, subordinada à Secretaria-Diretoria Geral, é responsável pela análise dos aspectos jurídicos, econômicos e de engenharia. No trimestre, a Assessoria Técnico-Jurídica exarou **3.243 manifestações** em processos que lhe foram submetidos.

6.1.4. Divisão de Auditoria Eletrônica – AUDESP

A Divisão de Auditoria Eletrônica é a área responsável pelo gerenciamento, pela manutenção e pelo desenvolvimento do Sistema AUDESP, que coleta, por meio da Tecnologia da Informação, dados orçamentários, contábeis, financeiros, patrimoniais e operacionais das entidades jurisdicionadas. Este sistema permitiu maior dinamismo nos trabalhos e a qualidade dos dados e, como consequência natural, elevou o grau de eficiência e eficácia desta Corte de Contas no cumprimento da sua missão constitucional de fiscalizar e controlar as contas públicas paulistas em benefício da sociedade.

A Divisão de Auditoria Eletrônica também subsidia e apoia a ação fiscalizatória do Tribunal, por meio de indicadores e informações estratégicas que direcionam o planejamento da inspeção nos órgãos jurisdicionados.

No quarto trimestre de 2022 a Divisão de Auditoria Eletrônica (AUDESP) conduziu as seguintes atividades macro analíticas, por meio de suas seções:

AUDESP-1: Seção de Planejamento e Informações Estratégicas: avaliação de Eficácia Escolar da rede municipal de ensino; análise de variáveis no contexto de jornada de trabalho de médicos nas atividades públicas para controle externo; desenvolvimento de relatórios RIS, PIS, RIP e RECON; ajustes nos sistemas Áquila, Alice e FARO; implementações nos sistemas compartilhados do TCU para acúmulos de cargos/funções públicas; atualizações e ajustes nos processos sistêmicos na Matriz de Risco para o controle externo.

AUDESP-2: Seção Operacional: atendimento de abertura de chamados/ocorrências para público interno e externo em face dos Sistema SisCAA/SisCAAWeb; extrações e análises de dados para o Sistema ARES; extrações e análises de dados para o Sistema ÁQUILA; avaliações e intervenções técnicas no Sistema AUDESP para as fases I e II; avaliações e

intervenções técnicas no Sistema SISCOE; exploração e ajustes de dados no Sistema Portal da Transparência; ajustes e melhorias operacionais no Sistema AUDESP para a fase IV; desenvolvimento do Sistema AUDESP para a fase IV; elaboração de demonstrativos do Sistema AUDESP para o controle externo; extrações de dados e interpretação para o controle social e auditoria para o Sistema Portal BI.

AUDESP-3: Seção de Indicadores: ajustes e testes em codificação SQL e PostGree; inclusão de regras no Relatório SMART/IEG-M; conhecimento e uso do Sistema DATA LAKE junto ao DTI; ajustes de regras e uso de dados no Painel de Saneamento Básico para o controle social; planejamento de tarefas executivas do IEG-M/2023, incluindo revisão dos tópicos das 7 dimensões, bem como o desenvolvimento de geração automática de manual, revisão de processos IEG-M e integração com MS-Access, e análise de notas IEG-M para voto de contas municipais; configuração de ODBC de SGBD; reunião com Comitê Objeto 3 para boas práticas do IEG-M; reunião com Conselheiro do TCESP para tratar do IEG-M.

6.2. DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento subordinado à Presidência e responsável pela atividade meio do TCESP (Área Administrativa). É composto por duas Seções de Apoio Administrativo (DGA-1 e DGA-2) e 10 Diretorias. O Diretor Geral de Administração, no trimestre, manifestou-se em **2.107 processos**.

6.2.1. Diretoria de Contabilidade e Finanças

Responsável pela execução orçamentária do Tribunal. Efetua o acompanhamento sistemático do orçamento aprovado por lei, com ênfase à receita e às despesas realizadas, por período, apresentando relatórios à Presidência.

6.2.1.1. Planejamento e Orçamento

O Orçamento do Estado para o corrente exercício, aprovado pela Lei n.º 17.498, de 29 de dezembro de 2021, que “Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2022” foi elaborado em observância à Lei n.º 17.387, de 22 de julho de 2021 que “Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para 2022”.

A dotação para as despesas deste Tribunal foi fixada em **R\$ 1.082.664.409,00, sendo R\$ 1.080.085.095,00 para Despesas Correntes (inclusive Pessoal e Encargos) e R\$ 2.579.314,00 para as Despesas de Capital.**

O processo de execução do Orçamento do Estado é regulamentado pela Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964 e obedece às normas estabelecidas para o exercício, quais sejam, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei n.º 17.387/21), o Decreto n.º 66.436, de 13 de janeiro de 2022, que fixa normas para a Execução Orçamentária e Financeira do Exercício de 2022 e a Portaria Conjunta SO-SPOF-1, de 17 de janeiro de 2022.

A Programação Orçamentária da Despesa do Estado (PODE) é a constante do Anexo do Decreto de Execução Orçamentária e Financeira do exercício de 2022 (Decreto n.º 66.436/2022) e reflete as dotações orçamentárias aprovadas na Lei do Orçamento.

Com relação às alterações orçamentárias ocorridas até o presente momento, foram concedidas suplementações ao orçamento vigente, com recursos provenientes do excesso de arrecadação, incluindo a receita diferida, da Fonte 3 e 043 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa, devidamente confirmados pela Secretaria da Fazenda, **no valor total de R\$ 40.646.413,00**, através dos expedientes gerados no Sistema de Alterações Orçamentárias (SÃO) da Secretaria de Planejamento e Gestão, conforme a seguir:

1. Expediente SAO nº 2001/2022-1-0001, concluído em 14/02/2022, referente a Crédito Suplementar ao orçamento da Secretaria da Fazenda, com oferecimento de recursos do orçamento do Tribunal de Contas do Estado no valor total de R\$ 238.815,00 à conta da Fonte 1 – Tesouro do Estado com efeitos retroativos a 31 de Janeiro de 2022, no Elemento de Despesa 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica, visando a cobertura de despesas para o atendimento dos serviços de apoio educacional e operacional – Creche, conforme Termo de Cooperação Mútua celebrado entre Governo do Estado e o Tribunal de Contas do Estado, nos termos desse expediente SAO nº 2001/2022-1-00001 (em anexo), apensado no expediente da Secretaria da Fazenda, SAO nº 20007/2022-1-0002.

2. Expediente SAO n.º 2001/2022-4-0002, concluído em 04/02/2022, referente a Crédito Automático, no valor total de R\$ 13.549.228,00, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 3 e 043 – Recursos Próprios do Fundo Especial de Despesa, confirmados na Informação CAF n.º 020030-1/2022 e 020030-2/2022 de 31/01/2022, ação 4.821 – Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, na seguinte conformidade:

2.1. Conta 33.90.39 no valor Total de R\$ 2.200.000,00 na seguinte conformidade:

- a) Reforma da Unidade Regional de Bauru (UR-02);

2.2. Conta 33.90.40 no valor Total de R\$ 6.000.000,00 na seguinte conformidade:

- a) Aquisição de Next Generation Firewall no valor total de R\$ 3.913.000,00 (Fonte 043);
- b) Aquisição de Inteligência Artificial no valor total de R\$ 1.500.000,00 (Fonte 043);
- c) Aquisição de solução de armazenamento de dados no valor total de R\$ 587.000,00 (Fonte 043);

2.3. Conta 44.90.52 no valor Total de R\$ 5.349.228,00 na seguinte conformidade:

- a) Aquisição de solução de back-up no valor total de R\$ 1.900.000,00 (Fonte 043);
- b) Aquisição de 800 Tablets ou Smartphones no valor total de R\$ 1.800.000,00 (Fonte 043);
- c) Aquisição de Notebooks no valor total de R\$ 1.200.000,00 (Fonte 043);
- d) Aquisição de aparelhos de TV 86”, 70” e 55” e outros materiais no valor total de R\$ 250.035,00 (Fonte 003);
- e) Aquisição de 20 Notebooks, incluindo garantia de 24 meses e outras despesas no valor total de R\$ 199.193,00 (Fonte 003).

3. Expediente SAO n.º 2001/2022-4-0005, concluído em 12/04/2022, referente a Crédito Automático, no valor total de R\$ 3.000.000,00, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 43 – Superávit Financeiro, confirmados na Informação CAF nº 020030-4/2022 de 07/04/2022, ação 4.821 – Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, na seguinte conformidade:

3.1. Conta 33.90.40 no valor Total de R\$ 3.000.000,00 na seguinte conformidade:

- a) Aquisição de solução de infraestrutura hiperconvergente (HCI) e switches topo de rack, incluindo prestação de serviços técnicos especializados de implantação, ativação, configuração, testes, migração, documentação, suporte, manutenção e treinamento, propiciando a reestruturação do datacenter do TCESP (SEI 0003008/2021-61).

4. Expediente SAO n.º 2001/2022-1-0007, concluído em 14/06/2022, referente a Crédito Suplementar, no valor total de R\$ 20.455.000,00, com recursos provenientes do superávit do tesouro da Fonte 041 – Tesouro (superávit), ação 4821 – Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária e ação 1361 – Plano de Investimentos do Tribunal de Contas, na seguinte conformidade:

4.1. Conta 33.90.39 (Outros Serviços de terceiros – pessoa jurídica), atividade 4821 (Controle e Fiscalização), no valor Total de R\$ 4.637.000,00 na seguinte conformidade:

- a) Gastos adicionais com licitação do plano de saúde no valor total de R\$ 4.637.000,00.

4.2. Conta 33.90.46 (Auxílio Alimentação), atividade 4821 (Controle e Fiscalização), no valor total de R\$ 8.040.000,00 na seguinte conformidade:

- a) Reajustes no Vale Refeição e Auxílio Alimentação no valor total de R\$ 8.040.000,00;

4.3. Conta 44.90.51 (Obras e instalações), atividade 1361 (Investimentos), no valor total de R\$ 3.800.000,00 na seguinte conformidade:

- a) Reforma da Unidade Regional de Fernandópolis no valor total de R\$ 1.400.000,00;
- b) Reforma da Unidade Regional de Sorocaba no valor total de R\$ 1.400.000,00;
- c) Reforma da Unidade Regional de Araçatuba no valor total de R\$ 1.000.000,00.

4.4. Conta 44.90.52 (Equipamentos e material permanente), atividade 4821 (Controle e Fiscalização), no valor total de R\$ 3.978.000,00 na seguinte conformidade:

- a) Mobiliários em geral no valor total de R\$ 478.000,00;
- b) Aquisição de 500 notebooks no valor total de R\$ 3.500.000,00;

5. Expediente SAO n.º 2001/2022-4-0009, concluído em 26/05/2022, referente a Crédito Automático, no valor total de R\$ 700.000,00, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 43 – Superávit Financeiro, confirmados na Informação CAF nº 020030-5/2022 de 20/05/2022, ação 4.821 – Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária, na seguinte conformidade:

5.1. Conta 33.90.30.61 (Peças, acessórios e componentes de informática), no valor Total de R\$ 700.000,00, conforme SEI 0001471/2022-59, na seguinte conformidade:

- a) 400 kits compostos de memória DDR\$ e unidades de armazenamento SSD NVM;
- b) 440 travas de segurança;
- c) 100 teclados com fio;

- d) 100 mouses com fio;
- e) 100 pendrives;
- f) 80 combos teclado e mouse wireless.

6. Expediente SAO n.º 2001/2022-4-0011, concluído em 11/07/2022, referente a Crédito Automático, no valor total de R\$ 500.000,00, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 43 – Superávit Financeiro, confirmados na Informação CAF n.º 020030-6/2022 de 06/07/2022, ação 6.304 – Plano de Capacitação de Servidores do TCE/SP na seguinte conformidade:

6.1. Conta 33.90.39.31 (Serviços de Apoio ao Ensino), no valor Total de R\$ 500.000,00, conforme SEI 0001471/2022-59, para a contratação do curso de mestrado profissional em Gestão de Políticas Públicas, exclusiva para os servidores deste Tribunal, com turma de 25 alunos e duração de 24 meses conforme SEI 0005730/2022-11.

7. Expediente SAO n.º 2001/2022-4-0013, concluído em 26/07/2022, referente a Crédito Automático, no valor total de R\$ 2.681.000,00, com recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte 43 – Superávit Financeiro, confirmados na Informação CAF n.º 020030-7/2022 de 20/07/2022, ação 4.821 – Controle e Fiscalização Financeira e Orçamentária do TCE/SP na seguinte conformidade:

7.1. Conta 33.90.39.79 (Conservação e Manutenção de Imóveis) no valor total de R\$ 2.681.000,00 para adequação do layout dos andares à estrutura do MPC-SP, renovação das instalações elétricas, adaptação das instalações hidráulicas, adequação às normas de segurança e de acessibilidade, modernização das instalações de TI, renovação do forro e do piso, instalação de sistema de ar-condicionado central, além de visar a padronização de ambientes, o melhor aproveitamento dos espaços e o aprimoramento dos serviços.

Os quadros a seguir demonstram a Programação Inicial dos recursos destinados ao Tribunal de Contas, no Orçamento do Estado para 2022, em seguida a Execução Orçamentária, detalhando as alterações mensais na programação inicial, bem como os valores Empenhados e Realizados até o mês de dezembro do corrente exercício.

Tabela 5 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2022 – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 1 e 41	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	78.511.415	8.181.726	141.379	-	8.323.105	86.834.520
Fevereiro	78.511.415	8.181.726	141.379	-	8.323.105	86.834.520
Março	78.511.415	8.181.726	141.379	-	8.323.105	86.834.520
Abril	78.511.415	8.181.726	141.379	-	8.323.105	86.834.520
Mai	78.511.415	8.181.726	141.379	-	8.323.105	86.834.520
Junho	78.511.415	8.181.726	141.379	-	8.323.105	86.834.520
Julho	78.511.415	8.181.726	141.379	-	8.323.105	86.834.520
Agosto	78.511.415	8.181.726	141.379	-	8.323.105	86.834.520
Setembro	78.511.415	8.181.726	141.379	-	8.323.105	86.834.520
Outubro	78.511.415	8.181.726	141.379	-	8.323.105	86.834.520
Novembro	78.511.415	8.181.726	141.379	-	8.323.105	86.834.520
Dezembro	116.541.986	8.221.314	142.075	-	8.363.389	124.905.375
TOTAL	980.167.551	98.220.300	1.697.244	-	99.917.544	1.080.085.095

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 6 - Programação Inicial – Orçamento Exercício 2022 – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1 e 41	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	0	214.854	-	214.854	87.049.374
Fevereiro	0	214.854	-	214.854	87.049.374
Março	0	214.854	-	214.854	87.049.374
Abril	0	214.854	-	214.854	87.049.374
Mai	0	214.854	-	214.854	87.049.374
Junho	0	214.854	-	214.854	87.049.374
Julho	0	214.854	-	214.854	87.049.374
Agosto	0	214.854	-	214.854	87.049.374
Setembro	0	214.854	-	214.854	87.049.374
Outubro	0	214.854	-	214.854	87.049.374
Novembro	0	214.854	-	214.854	87.049.374
Dezembro	0	215.920	-	215.920	125.121.295
TOTAL	-	2.579.314	-	2.579.314	1.082.664.409

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 7 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2022 - Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1 e 41	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	78.511.415	8.172.591	141.379	-	8.313.970	86.825.385
Fevereiro	78.511.415	8.160.846	3.641.379	-	11.802.225	90.313.640
Março	78.511.415	8.160.846	1.641.379	-	9.802.225	88.313.640
Abril	78.511.415	8.160.846	2.641.379	-	10.802.225	89.313.640
Mai	78.511.415	12.160.846	1.711.379	-	13.872.225	92.383.640
Junho	78.511.415	20.837.846	971.379	-	21.809.225	100.320.640
Julho	78.511.415	8.160.846	2.641.379	-	10.802.225	89.313.640
Agosto	78.511.415	8.160.846	941.379	-	9.102.225	87.613.640
Setembro	78.511.415	8.160.846	841.379	-	9.002.225	87.513.640
Outubro	78.511.415	8.160.846	722.379	-	8.883.225	87.394.640
Novembro	78.511.415	8.160.846	441.379	-	8.602.225	87.113.640
Dezembro	116.541.986	4.200.434	442.075	-	4.642.509	121.184.495
TOTAL	980.167.551	110.658.485	16.778.244	-	127.436.729	1.107.604.280

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 8 - Programação Inicial Atualizada - Orçamento Exercício 2022 - Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1 e 41	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	CORRENTE+CAPITAL
Janeiro	0	214.854	-	214.854	87.040.239
Fevereiro	0	3.614.854	-	3.614.854	93.928.494
Março	0	1.064.854	-	1.064.854	89.378.494
Abril	0	344.854	-	344.854	89.658.494
Mai	0	334.854	-	334.854	92.718.494
Junho	7.778.000	334.854	-	8.112.854	108.433.494
Julho	0	334.854	-	334.854	89.648.494
Agosto	0	334.854	-	334.854	87.948.494
Setembro	0	334.854	-	334.854	87.848.494
Outubro	0	334.854	-	334.854	87.729.494
Novembro	0	334.854	-	334.854	87.448.494
Dezembro	0	345.148	-	345.148	121.529.643
TOTAL	7.778.000	7.928.542	-	15.706.542	1.123.310.822

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais

Tabela 9 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2022 – Empenhado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	72.509.862,85	24.212.776,33	385,56	-	24.213.161,89	96.723.024,74
Fevereiro	68.972.124,29	13.803.101,02	10.378,44	-	13.813.479,46	82.785.603,75
Março	72.847.039,31	11.467.720,27	3.433.932,33	-	14.901.652,60	87.748.691,91
Abril	79.420.339,79	10.567.597,51	847.111,46	-	11.414.708,97	90.835.048,76
Mai	68.437.280,41	6.266.680,43	112.978,00	-	6.379.658,43	74.816.938,84
Junho	81.482.256,23	2.700.457,15	22.225,88	-	2.722.683,03	84.204.939,26
Julho	77.562.587,95	7.366.255,72	1.438,84	-	7.367.694,56	84.930.282,51
Agosto	70.226.087,29	9.801.824,41	293.135,76	-	10.094.960,17	80.321.047,46
Setembro	84.750.430,32	5.013.671,11	5.877,67	-	5.019.548,78	89.769.979,10
Outubro	84.532.065,86	4.615.040,04	1.504.223,68	-	6.119.263,72	90.651.329,58
Novembro	78.316.245,10	4.495.672,68	2.310.351,24	-	6.806.023,92	85.122.269,02
Dezembro	130.475.131,69	7.476.792,88	(2.217.918,74)	-	5.258.874,14	135.734.005,83
TOTAL	969.531.451,09	107.787.589,55	6.324.120,12	-	114.111.709,67	1.083.643.160,76

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais - PROMOEX

Tabela 10 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2022 – Empenhado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	TOTAL	TOTAL
				CAPITAL	GERAL
Janeiro	-	17.600,00	-	17.600	96.740.624,74
Fevereiro	-	21.747,05	-	21.747,05	82.807.350,80
Março	-	2.750.506,32	-	2.750.506,32	90.499.198,23
Abril	-	(12.124,80)	-	(12.124,80)	90.822.923,96
Mai	-	21.990,23	-	21.990,23	74.838.929,07
Junho	11.985,00	18.844,00	-	30.829,00	84.235.768,26
Julho	13.684,45	25.500,00	-	39.184,45	84.969.466,96
Agosto	877.349,00	104.293,92	-	981.642,92	81.302.690,38
Setembro	579.080,11	-	-	579.080,11	90.349.059,21
Outubro	176.073,80	150.000,00	-	326.073,80	90.977.403,38
Novembro	3.229.681,64	(10,00)	-	3.229.671,64	88.351.940,66
Dezembro	679.247,59	(0,01)	-	679.247,58	136.413.253,41
TOTAL	5.567.101,59	3.098.346,71	-	8.665.448,30	1.092.308.609,06

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais - PROMOEX

Tabela 11 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2022 – Realizado – Despesas Correntes

DESPESAS CORRENTES						
MÊS	PESSOAL	OUTRAS CORRENTES			TOTAL	TOTAL
		FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	OUTRAS	CORRENTES
Janeiro	72.509.862,85	3.891.774,75	-	-	3.891.774,75	76.401.637,60
Fevereiro	68.789.304,53	4.937.374,90	10.378,44	-	4.947.753,34	73.737.057,87
Março	72.414.977,47	7.582.640,78	10.767,93	-	7.593.408,71	80.008.386,18
Abril	79.421.728,67	6.840.027,36	53.393,09	-	6.893.420,35	86.315.149,02
Maio	68.437.487,09	10.373.013,55	668.163,87	-	11.041.177,42	79.478.664,51
Junho	81.435.097,17	6.358.036,36	159.996,44	-	6.518.032,80	87.953.129,97
Julho	77.595.644,96	9.260.398,04	108.807,62	-	9.369.205,66	86.964.850,62
Agosto	70.247.961,86	8.593.918,59	305.028,54	-	8.898.947,13	79.146.908,99
Setembro	84.782.310,37	8.647.924,93	75.445,13	-	8.723.370,06	93.505.680,43
Outubro	84.576.530,80	7.715.049,16	270.378,77	-	7.985.427,93	92.561.958,73
Novembro	78.358.688,54	10.484.381,05	135.897,60	-	10.620.278,65	88.978.967,19
Dezembro	130.961.856,78	10.314.926,50	624.212,12	-	10.939.138,62	141.900.995,40
TOTAL	969.531.451,09	94.999.465,87	2.422.469,55	-	97.421.935,42	1.066.953.386,51

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 – Tesouro do Estado

Fonte 3 – Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 – Recursos Vinculados Federais - PROMOEX

Tabela 12 - Execução do Orçamento do Tribunal – Exercício de 2022 – Realizado – Despesas de Capital

DESPESAS DE CAPITAL					
MÊS				TOTAL	TOTAL
	FONTE 1	FONTE 3	FONTE 5	CAPITAL	GERAL
Janeiro	-	-	-	-	76.401.637,60
Fevereiro	-	-	-	-	73.737.057,87
Março	-	12.416,50	-	12.416,50	80.020.802,68
Abril	-	11.900,00	-	11.900,00	86.327.049,02
Maio	-	16.342,23	-	16.342,23	79.495.006,74
Junho	-	24.532,00	-	24.532,00	87.977.661,97
Julho	-	70.500,00	-	70.500,00	87.035.350,62
Agosto	21.843,00	2.627.655,60	-	2.649.498,60	81.796.407,59
Setembro	879.473,89	107.056,32	-	986.530,21	94.492.210,64
Outubro	7.101,12	1.588,31	-	8.689,43	92.570.648,16
Novembro	2.994,00	(0,00)	-	2.994,00	88.981.961,19
Dezembro	335.314,02	73.990,00	-	409.304,02	142.310.299,42
TOTAL	1.246.726,03	2.945.980,96	-	4.192.706,99	1.071.146.093,50

(Valores em R\$ 1)

Fonte 1 - Tesouro do Estado

Fonte 3 - Recursos Próprios – Fundo Especial de Despesa

Fonte 5 - Recursos Vinculados Federais - PROMOEX

Em cumprimento ao disposto no artigo 170, parágrafo 2º, da Constituição do Estado de São Paulo, os Balancetes Bimestrais da Execução Orçamentária do Tribunal de Contas, referentes ao 1º, 2º, 3º, 4º e 5º bimestres, foram publicados no Diário Oficial do Estado nos dias 7 de abril, 3 de junho, 3 de agosto, 27 de setembro e 30 de novembro de 2022, respectivamente.

6.3. DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Subordinado à Presidência e composto pela Seção Técnica de Gestão e Relacionamento (DTI-1); Seção Técnica de Segurança da Informação (DTI-2); Divisão de Sistemas (DSIS); e Divisão de Tecnologia (DTEC), presta assessoria na área de Informática sendo responsável pela análise e pelo acompanhamento de todas as atividades voltadas à Tecnologia da Informação, como testes de segurança de sistemas; homologação de softwares; operação e monitoramento de sistemas; implementação de novas soluções de tecnologia; gerenciamento da plataforma de envio e recebimento de e-mails corporativos, além da guarda, manutenção e distribuição de equipamentos.

No trimestre, o Departamento atuou no apoio técnico às **IV e V Fiscalizações Ordenadas de 2022**, que avaliaram, respectivamente, os temas “**Saúde – Unidades de Saúde Gerenciadas por Organizações Sociais**” e “**Educação – Creches Municipais**”

Quanto ao desenvolvimento e à manutenção de sistemas, o DTI implantou o Diário Oficial Eletrônico TCESP, o Juris Plenário Virtual e a versão 5.8.0 do SisCOE, realizou testes de eventos periódicos para o eSocial e incluiu nova funcionalidade ao SeiLP. Também atualizou o **aplicativo Portal TCESP**, agregando as seguintes funcionalidades: Pesquisa de Processos; Apenados; Gestor Municipal; e Consulta ao Diário Oficial do TCESP.

Além disso, procedeu à atualização de dados do **Painel da Fiscalização Ordenada, do Painel VISOR, do Mapa das Câmaras, do Painel do Terceiro Setor, do Painel Obras Paralisadas e Atrasadas**, implementou melhorias e novas funcionalidades ao **Painel Gerencial do DGA**.

Com relação ao serviço de atendimento ao usuário, o DTI realizou **2.565 atendimentos telefônicos**, sendo **1.324 para usuários internos** e **1.058 para usuários**

externos (183 ligações foram abandonadas). No período também foram gerados **4.039 chamados de atendimento**, com um total de **4.111 finalizados**.

6.4. GTP – GABINETE TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA

Subordinado à Presidência, é responsável pelo assessoramento no exame preliminar dos pressupostos de recursos, ações de rescisão e revisão, representações e expedientes diversos. Atua na área do contencioso, representando o Tribunal de Contas nos feitos judiciais.

O GTP, no quarto trimestre, elaborou **1.637 manifestações em processos e expedientes físicos e eletrônicos**, compreendendo a análise da admissibilidade de consultas, recursos diversos, ações de revisão e rescisão de julgado, bem como a verificação e o respectivo envio de informações encaminhadas por órgãos públicos, comunicações de irregularidades, representações, matérias relacionadas a pessoal e licitações processadas por este Tribunal.

O Contencioso-GTP prestou informações à Procuradoria Geral do Estado em **71 processos e expedientes físicos**. Além disso, o setor procedeu ao acompanhamento de **632 ações** em que este Tribunal se situa no polo passivo.

Ao GTP também se encontra vinculada a **Escola Paulista de Contas Públicas** que, no trimestre, realizou **110 eventos**, dentre reuniões, cursos e produção de *podcasts*, que contaram com mais de **34.530 participantes e 43.431 visualizações**.

Destacam-se:

- a) 4º Encontro Nacional dos Técnicos em PPPs e Concessões:** realizado entre 17 e 21/10, o evento, em conjunto com o Instituto Rui Barbosa e o TCERJ, contou com a participação de servidores de todo o Brasil e abordou temas abertos ao público como “Questões Práticas, Constitucionais e Legais Sobre a Competência dos Tribunais de Contas para o Controle Preventivo de Projetos de Concessão e PPP” e assuntos restritos aos TCs, como “Experiências Práticas nas Auditorias Feitas Pelos Tribunais de Contas”.
- b) DGP-6:** em continuidade ao Programa de Liderança da antiga DEF-4, reestruturada como DGP-6, foram realizados mais *workshops* em formato online direcionados a líderes da fiscalização e demais áreas do TCESP. No trimestre, ocorreram os módulos de Motivação (quatro aulas no total,

contemplando 44 servidores) e o encerramento, no qual foram concatenados os temas abordados durante o ano, além de uma premiação para os servidores mais participativos durante o programa por meio de atividades gamificadas.

- c) Nova Lei de Licitações:** tendo em vista a alta demanda pelo tema, a série de encontros realizados em municípios sedes de Unidades Regionais do TCESP teve o intuito de contemplar os jurisdicionados do interior paulista e foi concluída após cinco encontros, com os eventos realizados em Presidente Prudente (20/10), Bauru (22/11) e São José dos Campos (1º/12).
- d) I Encontro Estadual de Controle Interno:** demanda advinda do Objetivo 5 do Plano Estratégico 2022-2026 do TCESP, que visa expandir a atuação preventiva e orientativa do Tribunal, o encontro foi estruturado em conjunto com a Controladoria Interna e a DSF-I. Na ocasião, foram discutidas linhas de defesa, estrutura, responsabilização dos Gestores e Controladores e demais aspectos do Controle Interno com foco nos servidores municipais e estaduais.

A Biblioteca do TCESP – subordinada à EPCP – realizou **422** atendimentos presencias e eletrônicos, incluindo pesquisas e respostas a consultas.

Tabela 13 - Atividades da EPCP - 4º Trimestre

4º Trimestre - 2022	Quantidade de Eventos	Número de Participantes	Visualizações
<i>Cursos e eventos promovidos pela EPCP ou demais setores do TCESP</i>	69	33.203	42.672
<i>Cursos e eventos promovidos por outros Tribunais de Contas ou Instituições</i>	1	-	-
<i>Reuniões e visitas técnicas</i>	35	203	-
<i>Podcontas</i>	5	503	-
TOTAL	110	33.909	42.672

6.5. CENTRO DE GESTÃO DO e-TCESP

Instituído pelo Ato GP nº 11/2012, o Centro de Gestão do e-TCESP é responsável, dentre outras incumbências, pelo planejamento, pela organização, coordenação, pelo aperfeiçoamento e controle das atividades voltadas ao desenvolvimento do Sistema de Processo Eletrônico da Corte. No trimestre, o quadro geral das atividades conduzidas pelo Centro de Gestão do e-TCESP apresenta os seguintes números consolidados:

Tabela 14 – Atividades do Centro de Gestão do e-TCESP no trimestre.

	Descrição	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Atendimentos	Telefone	342	343	216	901
	Fale Conosco	527	611	518	1.656
	“Web”	218	218	143	579
	“Phone”	0	1	0	1
	E-mail	6	5	4	15
	Outros	303	387	371	1.061
Cópias Digitais (CDs) – Íntegras de Processos		213	243	193	649
Envio de e-mails (Comunicados)		81	96	81	258
Cadastrros	Advogados	123	118	71	312
	Partes	427	637	465	1.529
	Órgãos	19	24	6	49
	Participação PILOTO ¹	2	3	1	6
	Processos Cadastrados PILOTO	4	1	1	6
	Liberação do PILOTO para Produção	0	0	1	1

Em relação às atividades sistêmicas, voltadas ao desenvolvimento, à evolução e manutenção do e-TCESP, destacam-se os estudos para o desenvolvimento da ferramenta Radar+ e-TCESP e a incorporação de novas funcionalidades ao Plenário Virtual.

6.6. DCE – DIRETORIA DE COORDENAÇÃO ESTRATÉGICA

Criada pelo Ato GP nº 08/2022 e vinculada ao Gabinete da Presidência, a DCE possui, dentre outras, atribuições relativas ao acompanhamento e à coordenação dos processos de planejamento e desenvolvimento organizacional, bem como das informações gerenciais, de forma integrada e voltada ao constante aprimoramento da instituição.

Quanto à Gestão e ao Monitoramento do Plano Estratégico 2022-2026, a Diretoria atuou, no trimestre, no aprimoramento e na entrega de melhorias nos Painéis de Monitoramento, conduzindo o acompanhamento do portfólio de projetos com apoio aos

¹ Participação Piloto: participação realizada pelos órgãos jurisdicionados, em caráter de teste, para atuação direta de contratos pela própria parte, eletronicamente, sem necessidade de remessa de mídia digital ao TCE.

Gestores e Gerentes na definição e revisão de cronogramas, na interlocução entre as equipes internas e na coleta e no registro de dados em sistema. **Ao final do período, o portfólio do Plano Estratégico 2022-2026 contava com 122 projetos, dos quais 21 já concluídos.**

A Diretoria realizou, no trimestre, uma ampla divulgação do Plano 2022-2026, envolvendo apresentações para equipes internas, a reformulação da página “Gestão Estratégica” no portal do Tribunal – incluindo área de acesso exclusivo a servidores –, a disponibilização de painéis de consulta aos projetos estratégicos, a produção e a veiculação interna de 12 vídeos institucionais sobre o Plano Estratégico e seus 11 Objetivos.

No apoio às boas práticas de gestão, a DCE, em parceria com a Diretoria de Gestão de Pessoas, **fez 42 reuniões devolutivas da 1ª Pesquisa de Clima Organizacional, atingindo diversas unidades do TCESP, com visitas presenciais às 20 Unidades Regionais.**

No campo das informações gerenciais, a Diretoria elaborou relatórios sobre temas específicos, como suporte às atividades de instrução e julgamento e conduziu trabalhos de articulação e intercâmbio de dados com órgãos públicos.

Por fim, em novembro de 2022, apresentou minuta da regulamentação do funcionamento da Seção de Informações Gerenciais, reorganizando fluxos internos e externos de dados e informações.

6.7. DEP – DIRETORIA DE EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA

Também criada junto ao Gabinete da Presidência pelo Ato GP nº 08/2022, a Diretoria de Expediente da Presidência possui, dentre outras, a atribuição de prestar apoio ao Presidente e ao Chefe de Gabinete na interlocução com as áreas vinculadas à Presidência, Gabinetes e demais setores do Tribunal, bem como dar instrução aos expedientes físicos e eletrônicos encaminhados ao Gabinete da Presidência, apresentando subsídio para elaboração do despacho visando ao encaminhamento dos feitos.

No período, a Diretoria preparou **926 despachos no âmbito do Sistema SEI (administrativo), além de 1.255 minutas de despachos no e-TCESP.**

Também conduziu as tarefas necessárias à realização de **6 Sessões Administrativas do Tribunal Pleno.** Promoveu, ainda, a redação ou análise, conforme o caso, das minutas de Atos Normativos exarados no período.

6.8. OUVIDORIA

Instituída pela Resolução nº 03/2015 – DOE 12/03/2015 – realizou **1.164 atendimentos** neste trimestre.

A Ouvidoria também é responsável pelo **Serviço de Informação ao Cidadão SIC**, que, no período, processou **41 pedidos** de informações. Abaixo quadro resumo dos atendimentos realizados:



Registre-se ainda o total de **3.000 solicitações** de suporte técnico a sistemas efetuadas por cidadãos e jurisdicionados por meio do Portal da Ouvidoria. Estas solicitações foram devidamente encaminhadas às áreas técnicas da Corte, responsáveis por tais atendimentos.

6.9. COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Compete à Coordenadoria de Comunicação Social do TCESP desenvolver ações de comunicação que valorizem a missão constitucional do TCESP. A unidade, também subordinada à Presidência, é encarregada de produzir as informações necessárias à divulgação pública das decisões do TCESP e iniciativas institucionais.

No 4º trimestre, foram produzidas pela CCS:

- **114 matérias** noticiando julgamentos de processos (envolvendo decisões das Câmaras e do Pleno) e institucionais sobre agenda, seminários, cursos, artigos, eventos internos e externos;
- **43 edições** de notícias públicas no Diário Oficial do Estado, que teve sua última edição em 7 de dezembro, tendo sido substituído pelo Diário Oficial Eletrônico do TCESP como veículo oficial de divulgação de seus atos e suas comunicações.
- **10 edições** da Newsletter “Notícias do Plenário”, com periodicidade semanal, contendo as principais notícias e links das decisões e dos julgamentos das Câmaras e do Tribunal Pleno.

A tabela a seguir apresenta os principais dados relativos às Redes Sociais em que o TCESP se faz presente:



A página registra 15.487 curtidas de página e 18.940 seguidores desde a abertura da conta oficial do TCESP no Facebook em 2013.



Totaliza 9.733 tweets (mensagens encaminhadas) desde 2009 (abertura da conta oficial do TCESP no Twitter) e 5.068 seguidores.



Registra 9.696 inscritos desde a abertura da conta oficial do TCESP no YouTube em 2013, além de 565.423 visualizações.



18.677 fotos postadas desde a abertura da conta oficial do TCESP no Flickr, em 2015.



São 2.218 publicações desde a abertura da conta oficial do TCESP no Instagram em 2016, com 9.027 seguidores.

6.10. ASSESSORIA POLICIAL MILITAR DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

A Polícia Militar do Estado de São Paulo atua junto ao TCE pela presença da unidade Assessoria Policial Militar do Tribunal de Contas do Estado (APMTCE), que, além das funções próprias de assessoramento, executa ações de segurança pública e atendimento à população por meio do posto policial instalado nas dependências da Corte.

6.11. CERIMONIAL

Compete ao Cerimonial acompanhar a agenda do Presidente (e Conselheiros, quando solicitado), participando da elaboração de roteiros relacionados a visitas externas, eventos e viagens de caráter institucional. Atua, ainda, na recepção de autoridades que visitam o TCESP.

No 4º trimestre de 2022 o Cerimonial se fez presente em **25 eventos e 63 audiências internas, atuando na elaboração de roteiros e no suporte técnico protocolar.**

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

São esses, em síntese, os dados consolidados do **4º trimestre de 2022**, decorrentes de atividades de natureza administrativa e do efetivo exercício do controle externo confiado ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

DIMAS RAMALHO
PRESIDENTE

8. ANEXO – COMUNICADOS EXPEDIDOS PELO TCESP

Com o objetivo de difundir novas ações, novos procedimentos e demais informações afetas às ações fiscalizatórias desta Corte, o Tribunal de Contas do Estado exarou comunicados destinados aos jurisdicionados e ao público em geral, que seguem abaixo e podem ser acessados na página do TCESP, no seguinte endereço:

<http://www4.tce.sp.gov.br/comunicados>

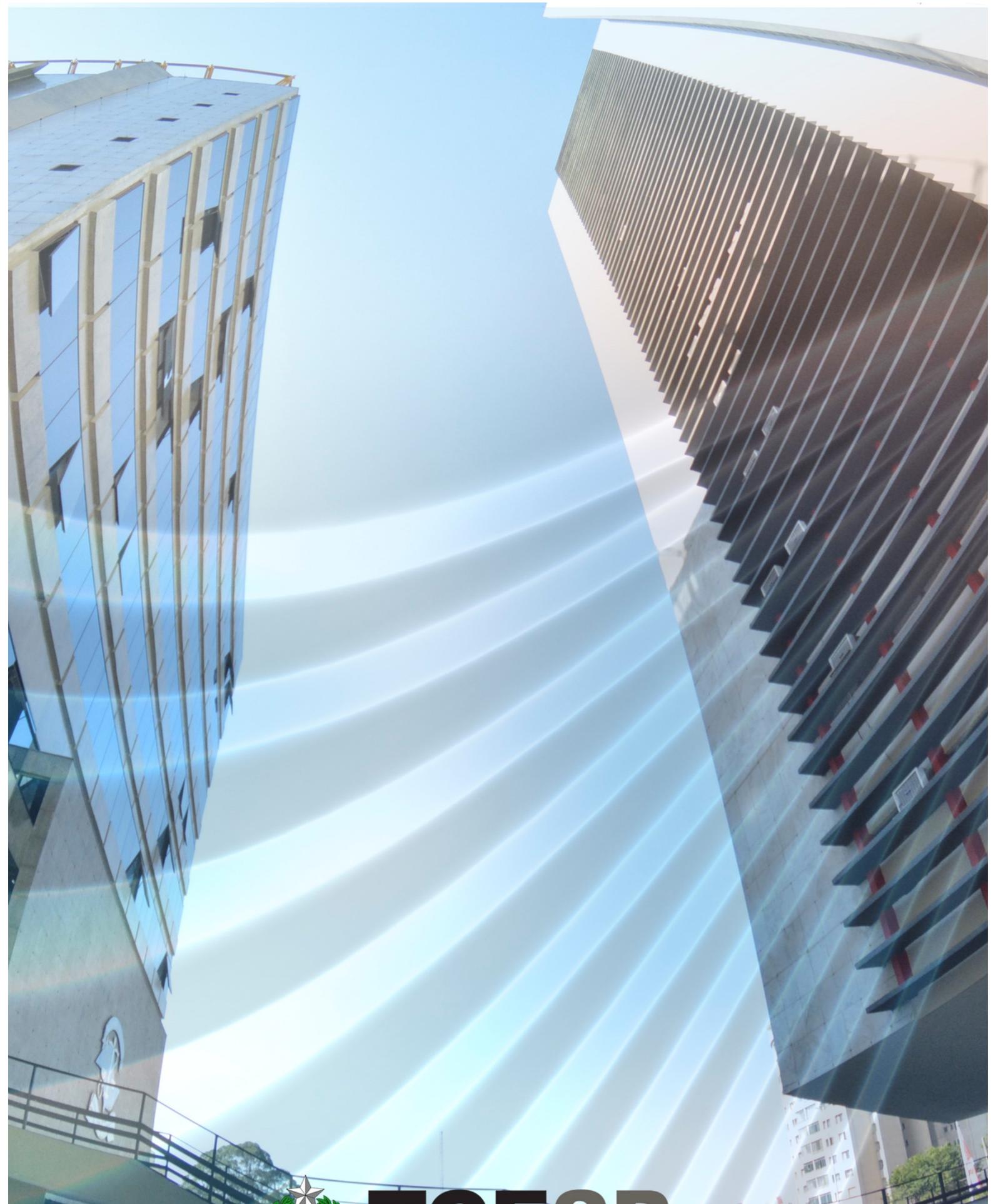
Tabela 15 – Comunicados expedidos pelo GP

COMUNICADOS GP			
Área	Comunicado	Título	D.O.E.
GP	83/2022	Total de movimentação de processos em tramitação relativa ao período de janeiro a novembro em todas as dependências da Casa.	17/12/2022
GP	82/2022	Comunica a expedição dos alertas de que trata o parágrafo 1º do artigo 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal relativos ao quinto bimestre (RRO) do ano de 2022 das Câmaras e Prefeituras Municipais.	16/12/2022
GP	81/2022	Alerta aos respectivos gestores dos órgãos abaixo identificados, quanto à necessidade de promover a devida adequação ao Novo Marco Legal do Saneamento, tendo em vista a informação de que não fornecem água potável para o consumo humano.	16/12/2022
GP	80/2022	Entrou em operação o Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (DOETCESP).	08/12/2022
GP	79/2022	Listas de Exames Prévios de Editais Submetidas ao Tribunal Pleno - Sessão de 07/12/2022.	08/12/2022
GP	78/2022	Observância das normas impostas pela Lei Federal nº 11.445/2007 (alterada pela Lei Federal nº 14.026/2020) que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.	02/12/2022
GP	77/2022	Calendário de obrigações do Sistema Audesp para 2023 das providências a cargo dos órgãos estaduais e municipais.	02/12/2022
GP	76/2022	Listas de Exames Prévios de Editais Submetidas ao Tribunal Pleno - Sessão de 30/11/2022.	01/12/2022
GP	75/2022	Listas de Exames Prévios de Editais Submetidas ao Tribunal Pleno - Sessão de 23/11/2022.	24/11/2022

GP	74/2022	Adequação ao disposto no art. 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei Federal nº 9.394/1996).	24/11/2022
GP	73/2022	Levantamento sobre “Atos de Violência contra Mulher”, por meio de questionário que abrangerá todas as Delegacias de Polícia, Prefeituras Municipais e áreas da saúde e assistência social que tenham efetuado atendimentos, bem como será consultado o IML.	18/11/2022
GP	72/2022	Levantamento relativo à rede escolar estadual e municipal, para apurar o fornecimento de água, sua potabilidade e as condições sanitárias existentes.	18/11/2022
GP	71/2022	Torna público que terá início, no dia 29/11/2022, a 1ª Sessão Ordinária Virtual do Tribunal Pleno.	18/11/2022
GP	70/2022	Total movimentação de processos em tramitação relativa aos nove primeiros meses em todas as dependências da Casa.	11/11/2022
GP	69/2022	Alertas de que trata o parágrafo 1º do artigo 59 da Lei de Responsabilidade Fiscal relativos ao quarto bimestre (RRO) e segundo quadrimestre (RGF) do ano de 2022 das Câmaras e Prefeituras Municipais abaixo relacionadas.	11/11/2022
GP	68/2022	AUDESP – FASE V - Repasses Públicos ao Terceiro Setor – Ajustes.	11/11/2022
GP	67/2022	Listas de Exames Prévios de Editais Submetidas ao Tribunal Pleno- Sessão de 09/11/2022.	10/11/2022
GP	66/2022	Volume de processos julgados no 3º trimestre do exercício de 2022, pelo Tribunal Pleno, pelas Câmaras e por Julgador Singular.	05/11/2022
GP	65/2022	Total movimentação de processos em tramitação relativa aos oito primeiros meses em todas as dependências da Casa.	27/10/2022
GP	64/2022	Listas de Exames Prévios de Editais.	27/10/2022
GP	63/2022	Listas de Exames Prévios de Editais Submetidas ao Tribunal Pleno - Sessão de 19/10/2022.	20/10/2022
GP	62/2022	Alerta sobre o Programa Nacional de Imunização.	18/10/2022
GP	61/2022	Prazo-limite para regularização de Conselhos e Fundos Municipais destinados ao recebimento de doações de recursos do Imposto de Renda (IR).	08/10/2022
GP	60/2022	Listas de Exames Prévios de Editais Submetidas ao Tribunal Pleno - Sessão de 05/10/2022.	06/10/2022

Tabela 16 – Comunicados expedidos pela SDG

COMUNICADOS SDG			
Área	Comunicado	Título	D.O.E.
SDG	15/2022	Entidades proibidas de novos repasses.	02/12/2022
SDG	14/2022	Proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições do Estado ou dos Municípios até que regularizem sua situação perante este Tribunal.	02/11/2022
SDG	13/2022	Órgãos ou entidades proibidas de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições.	04/10/2022



TCE-SP
Tribunal de Contas
do Estado de São Paulo